

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

**OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
SOBRE A FREQUÊNCIA ESCOLAR E A
PARTICIPAÇÃO NA PEA DAS MÃES
ADOLESCENTES BENEFICIADAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FELÍCIA MARIANA SANTOS

BRASÍLIA-DF

2018

FELÍCIA MARIANA SANTOS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
SOBRE A FREQUÊNCIA ESCOLAR E A
PARTICIPAÇÃO NA PEA DAS MÃES
ADOLESCENTES BENEFICIADAS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Leite Corseuil

Co-orientadora: Ma. Natália de Oliveira Fontoura

BRASÍLIA-DF

2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

Santos, Felícia Mariana
S237e Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar e a participação na PEA das mães adolescentes beneficiadas / Felícia Mariana Santos. – Brasília : IPEA, 2018.
95 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, 2018
Orientação: Carlos Henrique Leite Corseuil
Coorientação: Natália de Oliveira Fontoura
Inclui Bibliografia.

1. Adolescente. 2. Gravidez. 3. Frequência Escolar. 4. Mercado de Trabalho. 5. Programa Bolsa Família (Brasil). I. Corseuil, Carlos Henrique Leite. II. Fontoura, Natália de Oliveira. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IV. Título.

CDD 353.5

Ficha catalográfica elaborada por Patricia Silva de Oliveira CRB-1/2031

FELÍCIA MARIANA SANTOS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
SOBRE A FREQUÊNCIA ESCOLAR E A
PARTICIPAÇÃO NA PEA DAS MÃES
ADOLESCENTES BENEFICIADAS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, para a obtenção do título de Mestre.

Defendida em 21 de fevereiro de 2018

COMISSÃO JULGADORA

Armando Amorim Simões - INEP - Membro da banca

Ana Laura Lobato – IPEA - Membro da banca

Fernando Gaiger Silveira – IPEA- Membro da banca

Natália de Oliveira Fontoura – IPEA – Coorientadora

Carlos Henrique Leite Corseuil – IPEA - Orientador

BRASÍLIA-DF

2018

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por minha vida, por minha família e amigos e pelas oportunidades de trabalho e estudo concedidas nesta vida.

Aos meus pais, Gilda e Belini, por minha vida, pelo amor incondicional de todos os dias e por me ensinarem o conceito de empatia, tão caro à superação das iniquidades no mundo.

A minha irmã Fernanda, por sua cumplicidade, carinho e apoio, e às minhas avós, de corações bondosos e fé robusta, que estão sempre orando por mim.

Aos meus amigos e amigas que me acompanham com muita paciência e amor, doando suas melhores energias para sustentar meu caminhar. Em especial, à Ana Paula, à Mariana e ao Felipe, que caridosamente me amparam e partilham aprendizados.

Aos meus colegas do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento, por tornarem essa experiência mais enriquecedora e divertida. Em especial, agradeço a companhia agradável e generosa da Adriana, do Cássio, do Luiz Henrique e do Fernando, que partilharam da experiência internacional no primeiro semestre de 2017, nos Estados Unidos.

Aos professores e às professoras do Mestrado, pela dedicação e competência em partilhar seus conhecimentos, e a toda equipe da Enap e do IPEA, pela gentileza dos serviços oferecidos. Em especial, agradeço à Ana Laura Lobato, ao Fernando Gaiger e ao Armando Amorim pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Ao meu orientador, Carlos Henrique Corseuil, e à minha coorientadora, Natália de Oliveira Fontoura, pelos direcionamentos, críticas, sugestões e ricas contribuições durante a pesquisa e pelo acompanhamento repleto de simpatia e compreensão.

À professora Claudia Avellaneda, da Universidade de Indiana (IU), pelas contribuições à minha pesquisa e pelo incentivo em continuar estudando questões sociais no Brasil. Aos excelentes colegas e professores da *School of Public and Environmental Affairs* (SPEA-IU), com os quais pude ter contato e aprender em aula.

Aos colegas e às chefias do Ministério dos Direitos Humanos. Aos trabalhadores voluntários de projetos sociais no DF pela renúncia e doação aos que necessitam.

E, finalmente, mas não menos importante, às adolescentes entrevistadas e aos seus familiares. As reflexões aqui realizadas só foram possíveis graças à generosa participação dessas jovens. Mesmo que, em alguns casos, a participação voluntária tenha se dado em contextos adversos, material e emocional, as entrevistas ocorreram de modo extremamente cooperativo, com significativo suporte dos seus familiares.

*“O saber a gente aprende com os mestres e com os livros.
A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes.”*
(Cora Coralina)

Lista de Símbolos e Abreviaturas

Cadúnico - Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

CEF - Caixa Econômica Federal

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

GRAVAD - Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDICA - Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MS - Ministério da Saúde

NEET - expressão em inglês “*neither in employment, nor in education or training*”

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PBF - Programa Bolsa Família

PCTR- Programas Condicionais de Transferência de Renda

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAISAJ - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUni - Programa Universidade para Todos

PSM - *Propensity Score Matching*

SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (MDSA)

SENARC- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDSA)

SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 - OCORRÊNCIA DE NASCIDOS VIVOS DE MENINAS ENTRE 10 E 19 ANOS NO BRASIL	15
GRÁFICO 2 - EFEITO DA MATERNIDADE SOBRE FREQUÊNCIA ESCOLAR POR MESORREGIÕES	38
GRÁFICO 3 - EFEITO DA MATERNIDADE SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA PEA POR MESORREGIÕES	40

Lista de Quadros

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DO PBF	18
QUADRO 2 – VARIÁVEIS DO CENSO.....	29
QUADRO 3 - MODELOS DE ANÁLISE.....	36
QUADRO 4 - QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMANTES	50
APÊNDICE: QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS DE EDUCAÇÃO E DE TRABALHO ..	78
APÊNDICE: QUADRO 6 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS.....	78
APÊNDICE: QUADRO 7 - CARACTERÍSTICAS DE FECUNDIDADE.....	79
APÊNDICE: QUADRO 8 – CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS.....	79
APÊNDICE: QUADRO 9 - VARIÁVEIS REGIONAIS CRIADAS	79
APÊNDICE: QUADRO 10 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	92

Lista de Tabelas

TABELA 1 - ADOLESCENTES DE 12 A 19 ANOS COM RENDA DOMICILIAR PER CAPITA INFERIOR A R\$ 500,00	30
TABELA 2 - QUANTIDADE DE ADOLESCENTES DE 12 A 19 ANOS COM RENDA DOMICILIAR PER CAPITA INFERIOR A R\$ 500,00, SEGUNDO INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, POR SEXO	30
TABELA 3 - DIFERENÇAS DE MÉDIAS ENTRE ADOLESCENTES – EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.....	31
TABELA 4 - DIFERENÇAS DE MÉDIAS ENTRE ADOLESCENTES – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	32
TABELA 5 - DIFERENÇAS DE MÉDIAS ENTRE ADOLESCENTES – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	32
TABELA 6 - MÉDIA DOS EFEITOS DA MATERNIDADE SOBRE FREQUÊNCIA ESCOLAR.....	37
TABELA 7 - MÉDIA DOS EFEITOS DA MATERNIDADE SOBRE O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO.....	39
TABELA 8 - INFLUÊNCIA DO PBF SOBRE O EFEITO DA MATERNIDADE NA FREQUÊNCIA ESCOLAR	41
TABELA 9 - CARACTERÍSTICAS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS ANALISADAS	49
APÊNDICE: TABELA 10 - EFEITO DA MATERNIDADE SOBRE A FREQUÊNCIA ESCOLAR POR MESORREGIÃO	86
APÊNDICE: TABELA 11 - EFEITO DA MATERNIDADE SOBRE PARTICIPAÇÃO NA PEA POR MESORREGIÃO.....	86

RESUMO

Esta dissertação se propõe a avaliar o efeito do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a frequência escolar e a participação na PEA das adolescentes, de 12 a 19 anos, que se tornaram mães nesse período. O estudo foi realizado sob a perspectiva das abordagens quantitativa e qualitativa. Na primeira, a partir dos dados do Censo de 2010, o interesse está em verificar em que medida o PBF influencia a frequência escolar e o estado no mercado de trabalho da adolescente mãe beneficiada. Para alcançar esse objetivo, a estratégia metodológica consistiu em duas etapas: primeiramente, estimou-se, a partir do modelo *logit*, o efeito marginal médio da maternidade sobre indicadores de educação e trabalho com dados individuais estratificados por cada mesorregião. Logo após, foi identificada a relação entre a incidência do Bolsa Família, por mesorregião, sobre as estimativas encontradas na primeira etapa. Os resultados indicam que PBF tende a ser bem mais efetivo em aumentar a frequência escolar das meninas que não são mães, relativamente as que são. Já na segunda abordagem, o objetivo foi analisar as subjetividades associadas à maternidade na vida de jovens mães, residentes no Distrito Federal e cadastradas pelo Programa, por meio da análise de narrativas capturadas pela entrevista semiestruturada. Pelas falas, as jovens beneficiadas interrompem os estudos, mas expressam intenção em retomar a trajetória educacional e em qualificá-la, dando maior importância a essa em detrimento da inserção profissional precária no mercado de trabalho. Desse modo, o estudo levanta evidências de que a efetividade dos mecanismos de eliminação da transmissão intergeracional da pobreza presentes no PBF depende da conjugação de políticas públicas em torno das especificidades da maternidade na adolescência.

Palavras-Chave: Gravidez na adolescência, Programa de Transferência de Renda Condicionada Bolsa Família, Frequência Escolar, Mercado de Trabalho.

Classificação JEL: O15, J13, I38

ABSTRACT

This work aims to evaluate the effect of the Bolsa Família Program (PBF) on the school attendance and participation in the labor market of adolescents mothers, from 12 to 19 years old. The study was carried out from the perspective of quantitative and qualitative approaches. In the first one, based on data from the 2010 Population Census, the interest is to verify to what extent the PBF influences the educational choice and the labor market status of the adolescent mother and beneficiary. To achieve this goal, the methodological strategy consisted of two steps: first, was estimated the marginal effect of motherhood on education and work indicators with individual data stratified by each mesoregion. Afterwards, the relationship between the incidence of the Bolsa Família, by meso-region, was identified on the estimates found in the first stage. The results indicate that PBF tends to be much more effective in increasing the school attendance of girls who are not mothers, compared to those who are. In the second approach, the objective was to analyze the subjective factors associated with motherhood in the lives of young mothers residing in the Federal District and registered by the Program, through the analysis of narratives captured by the semistructured interview. By the speeches, the beneficiaries girls interrupt their studies, but they express an intention to resume the educational trajectory and to qualify it, greater than entering the labor market. Thus, the study raises evidence that the effectiveness of mechanisms to eliminate the intergenerational transmission of poverty, present in the PBF, depends on the conjugation of public policies around the specificities of motherhood in adolescence.

Key words: Teenage Pregnancy, Conditional Cash Transfer Program *Bolsa Família*, School attendance, Labor Market.

JEL code: O15, J13, I38

SUMÁRIO

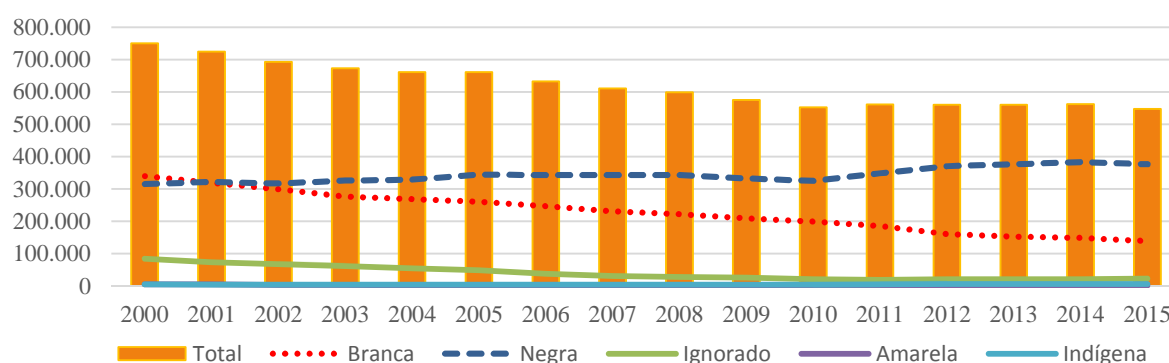
Lista de Símbolos e Abreviaturas	ix
Lista de Gráficos	x
Lista de Quadros	x
Lista de Tabelas	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
Introdução	15
Motivação	17
Capítulo 1 - A maternidade e o Programa Bolsa Família	22
1.1 Referencial Teórico	22
1.2 Preliminares Empíricos	29
<i>1.2.1 Dados</i>	29
<i>1.2.2 Análise descritiva</i>	29
1.3 Metodologia	33
<i>1.3.1 Primeira etapa</i>	34
<i>1.3.2 Segunda Etapa</i>	36
1.4 Resultados e Discussão	37
Capítulo 2 - As subjetividades da maternidade na adolescência	43
2.1 Revisão da literatura	43
2.2 Material e métodos	48
2.3 Resultados e Discussão	51
Conclusões	66
APÊNDICES	78

Introdução

Embora a gravidez na adolescência seja um evento proporcionalmente menor em relação à taxa de fecundidade no país, essa proporção brasileira é ainda preocupante e possui um nítido viés de renda, nível de escolaridade e raça. Segundo a análise dos resultados dos últimos censos demográficos, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com pelo menos um filho nascido vivo reduziu-se de 14,8% em 2000, para 11,8% em 2010. O último Censo verificou que adolescentes negras residentes em domicílios rurais no Brasil são maioria entre as mães de 15 a 19 anos e que o evento ocorre com mais frequência nas classes com menor poder aquisitivo. Comparativamente, em 2014, de acordo com os dados do Banco Mundial, o país apresentou uma taxa de fecundidade na adolescência¹ (67) maior que a média das taxas dos países da América Latina e Caribe (65) e dos países da OCDE (23).

Dados do Ministério da Saúde retratam essa tendência decrescente do número de nascidos vivos de meninas entre 10 e 19 anos de idade, no Brasil. Embora haja uma leve redução desse evento nos últimos 10 anos, observa-se também o aumento da distância do número de ocorrências entre jovens brancas e negras. Conforme exposto no gráfico a seguir, a partir de 2010, a maternidade nessa faixa etária eleva-se em adolescentes negras e reduz-se nas adolescentes brancas, fato esse que pode ser em parte atribuído ao aumento de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, segundo as Pesquisas por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, desde 2007.

Gráfico 1 - Ocorrência de nascidos vivos de meninas entre 10 e 19 anos no Brasil



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

¹ Taxa de fecundidade calculada pelo número de nascimentos por 1.000 adolescentes de 15 a 19 anos de idade.

Preocupados com as consequências desse evento na sociedade, diversos pesquisadores nos países da América Latina, da África, nos Estados Unidos e no Reino Unido investigam os efeitos da maternidade na trajetória de vida das adolescentes e dos seus filhos. Em grande parte, esses estudos reforçam a importância do tema devido ao agravamento da vulnerabilidade social e biológica das adolescentes e de seus filhos. Para o caso brasileiro, além dos riscos sociais, como baixos níveis socioeconômico, educacional e cultural, o trabalho de Dias e Teixeira (2010) identifica riscos biológicos para o bebê, como prematuridade, morte perinatal e riscos para a mãe, como pré-eclâmpsia, anemia e perturbações emocionais e psicológicas.

Apesar das consequências adversas identificadas por diversos estudos da área médica e social, questões subjetivas associadas a esse evento merecem especial atenção. A heterogeneidade das trajetórias, anteriores e posteriores à maternidade, das adolescentes em relação à escolarização e à inserção no mercado de trabalho, por exemplo, precisa ser considerada, para que tal fenômeno não seja reduzido e estigmatizado. Questões como a autonomia da adolescente e as diferentes percepções sobre a emancipação familiar são um dos aspectos a serem contemplados na análise e colocam em dúvida a capacidade da maternidade na adolescência desviar substancialmente as trajetórias de vida de algumas jovens. Interessado em captar parte dessa heterogeneidade em jovens de baixa renda e ainda em avaliar como uma política pública pode afetar as trajetórias desse grupo com a maternidade, o presente trabalho insere o maior programa de transferência condicional de renda do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), na discussão para que seus outros possíveis efeitos sociais possam também ser explorados.

Nesta perspectiva, o objetivo central deste trabalho é identificar a relação entre o benefício do Bolsa Família e as decisões de estudar e trabalhar das adolescentes², de 12 a 19 anos, que tornaram-se mães nesse período. O estudo é realizado utilizando-se as abordagens quantitativa e qualitativa. Na primeira, a partir dos dados do Censo de 2010, o interesse está em verificar em que medida o PBF influencia a escolha³ educacional e o estado no mercado de

² Neste trabalho, observou-se o fenômeno da maternidade na adolescência para o período de 12 a 19 anos de idade, onde há maior prevalência, mesclando os limites que definem o grupo adolescente considerados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei no 8.069/1990 -, e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Neste caso, a adolescência é delimitada entre 10 e 19 anos de idade, já naquele a fase está circunscrita ao período de 12 a 18 anos de idade. Ao longo de todo trabalho os termos jovens e adolescentes são utilizados como sinônimos, não considerando a distinção etária de cada termo, conforme definição estabelecida pela OMS.

³ Ressalta-se que em todo trabalho o uso dos termos "escolha" e "decisão" para se referirem à frequência escolar e à participação no mercado de trabalho não estão associados à "livre-escolha" ou "livre decisão". O arcabouço teórico que faz uso desses termos permite que seja levado em consideração uma gama de restrições no processo que determina a frequência a escola e a participação no mercado de trabalho. Num caso extremo as restrições podem ser tão severas que determinam o resultado. No

trabalho da adolescente mãe beneficiada. Já na segunda abordagem, seguindo o mesmo escopo da abordagem anterior, o objetivo é analisar as subjetividades associadas à maternidade na vida de jovens mães, residentes no Distrito Federal e cadastradas pelo Programa, por meio da análise de narrativas capturadas pela entrevista semiestruturada. Além dessa introdução e da motivação do tema de pesquisa, a dissertação apresenta dois capítulos: no primeiro, é apresentada a estrutura da investigação quantitativa do estudo, na qual busca-se avaliar os efeitos do Programa sobre a frequência escolar e a participação das adolescentes no mercado de trabalho. No segundo capítulo, sob a abordagem qualitativa, outras contribuições ao fenômeno da maternidade na adolescência, na perspectiva das famílias beneficiadas, são incorporadas no estudo. Por fim, há a conclusão com a discussão dos principais resultados e os comentários finais.

Motivação

A partir de um olhar sobre o fenômeno da maternidade na adolescência, a motivação da pergunta de pesquisa baseou-se na possível influência do Programa Bolsa Família sobre as consequências desse evento. Fruto da fusão de quatro programas de transferência de renda (Fome Zero – Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás), o Bolsa Família é atualmente a maior política de transferência condicional de renda do mundo. Desde sua criação em 2003⁴, o PBF tem um foco nas famílias de baixa renda, pobres e extremamente pobres, e tem como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade de renda, via a provisão de um benefício mínimo para famílias, e reduzir a transmissão intergeracional de pobreza, condicionando o recebimento dos benefícios a investimentos em capital humano pelos beneficiários, via o acesso à rede de serviços públicos, em especial saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

O Programa apresenta três dimensões principais para a superação do ciclo de reprodução da pobreza nas famílias: i) promoção do alívio imediato da pobreza, via a transferência direta de renda, ii) reforço ao exercício dos direitos sociais básicos, nas áreas de educação e saúde, por meio das condicionalidades e iii) apoio ao desenvolvimento de

entanto, uma formulação mais geral pode admitir que resta algum grau de liberdade para a jovem no processo de tomada de decisões.

⁴ Criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, a qual foi convertida para Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

capacidades das famílias por meio da articulação de Programas Complementares, como os de capacitação e de geração de emprego e renda (BRASIL, 2015)⁵

Assim o público-alvo do Programa são as famílias extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa, e as famílias pobres, que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. Após cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), as famílias podem ser selecionadas para receber o benefício. No Cadastro estão reunidas as informações essenciais sobre cada um dos integrantes e sobre as condições dos domicílios onde moram as famílias de baixa renda, sendo os municípios os responsáveis pelo cadastramento e pela atualização dos dados das famílias. As informações constantes nesse banco de dados são usadas por vários outros programas federais, de modo a otimizar a gestão federal e enfrentar a pobreza. Além dessas características, o Programa tem a gestão e a execução descentralizadas por meio da conjugação de esforços entre Estados, Distrito Federal e Municípios, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. Participam dessa engenharia o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), como o responsável pelo Programa em nível federal, e a Caixa Econômica Federal (CEF), como agente executor dos pagamentos. O controle e a participação social do Bolsa Família são realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo município (BRASIL, 2004).

Quadro 1 - Características do PBF

	2010	2017
Linha de extrema pobreza	R\$ 70,00	R\$ 85,00
Linha de pobreza	R\$140,00	R\$170,00
Benefício Básico	R\$ 68,00	R\$ 85,00
Benefícios Variáveis	R\$ 22,00	R\$ 39,00
<ul style="list-style-type: none"> • Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos • Vinculado à Gestante • Vinculado à Nutriz 		

Continua

⁵ Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Quadro 2 - Características do PBF

	2010	2017
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (entre 16 e 17 anos)	R\$ 33,00	R\$ 46,00
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	*criado em 2012	O valor calculado de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, de forma a garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa.
Legislação	Decreto Nº 6.917, de 30 de Julho de 2009	Decreto Nº 8.794, de 29 de Junho de 2016

Fonte: SENARC/MDSA

Conclusão

Conforme a tabela acima, são quatro os tipos de benefícios contemplados pelo Programa, que variam de acordo com a situação socioeconômica e a composição do domicílio beneficiário. O benefício básico é concedido a famílias em extrema pobreza, com o auxílio de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) mensais. O variável é concedido a famílias pobres e extremamente pobres que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, e crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. Nesse caso, o valor do benefício é de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais). Há ainda o benefício Variável Jovem para as famílias que apresentem adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00. Por fim, há o benefício para superação da Extrema Pobreza destinado apenas para as famílias extremamente pobres, com valores que variam em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família.

Para o recebimento desses benefícios, é preciso atender as condicionalidades de manter o cartão de vacinação das crianças entre 0 e 7 anos em dia; garantir a frequência escolar mínima de 85% para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos; realizar o acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 a 44 anos; realizar

as consultas de pré-natal e participar de atividades educativas sobre o aleitamento materno promovidas pelo Ministério da Saúde, no caso de gestantes (BRASIL, 2016).

Destaca-se que, a partir do Censo 2010, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI-MDSA) apresentou que a estimativa de famílias pobres com perfil para serem beneficiadas pelo PBF era de 13.738.415. Dessas, 12.778.220 foram beneficiadas naquele ano, totalizando mais de 14 bilhões de reais repassados (BRASIL, 2017).

Dados recentes do Ministério de Desenvolvimento Social apresentam que, no mês de novembro de 2017, 13.676.038 famílias foram beneficiadas pelo Programa com valor médio de benefício de R\$ 179,89. Em relação à condicionalidade de educação, 11.187.676 alunos de 6 a 15 anos tiveram sua frequência escolar acompanhada, o que corresponde ao percentual de 89,4% de acompanhamento. Já para os jovens de 16 e 17 anos que recebem o Benefício Vinculado ao Adolescente (BVJ), o percentual de acompanhamento da frequência escolar exigida foi de 78,7%, resultando em 2.139.767 jovens acompanhados de um total de 2.719.873 jovens com perfil (BRASIL, 2017)⁶

A relevância e abrangência do PBF têm motivado diversos estudos no intuito de avaliar os efeitos das dimensões do programa na vida do público-alvo. Como parte importante para a análise que se pretende nesse trabalho, destaca-se o acompanhamento das condicionalidades do PBF. Avanços importantes foram registrados nessa dimensão no ano de 2013, como os acompanhamentos de saúde e de frequência escolar de crianças e adolescentes beneficiários, que atingiram seus melhores desempenhos desde o início de sua implementação (MESQUITA, et. al., 2015).

Nesse monitoramento, importa destacar que a maternidade entre as adolescentes filhas das famílias beneficiadas pelo Programa é um evento considerado para fins de registro de baixa frequência escolar. O Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades do PBF oferece uma série de opções de motivos para a ausência de alunos beneficiários, sendo tais eventos classificados como justificáveis ou injustificáveis. Apenas aqueles fora da governabilidade da família são tidos como justificáveis. Doença do aluno, doença ou óbito na família, inexistência de oferta de serviço educacional e fatores impeditivos da liberdade de ir e vir, como enchentes, falta de transporte e outras calamidades, são motivos que não repercutem, são justificáveis. Já a gravidez na adolescência é considerada um motivo injustificável, desde que essa não seja de risco (BRASIL, 2017).

⁶ [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)

Nesse contexto, cabe apontar que o sistema educacional brasileiro trabalha com a perspectiva de acolher a adolescente grávida e evitar a rejeição no ambiente escolar, sendo atribuições dos gestores educacionais o planejamento de alternativas de permanência da jovem na escola, durante a gestação e após o parto. Registros atuais do boletim de acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família, de outubro de 2017, apresentaram que, entre os motivos de baixa frequência escolar, 1.224 foram devido à gravidez ou ao pós-parto, desses 543 casos são referentes a jovens na faixa etária de 6 a 15 anos (BRASIL, 2017).

Inseridos no escopo desse Programa, é possível identificar que este contempla um grupo relevante ao estudo da maternidade na adolescência no país, os jovens. Ademais, o PBF atua com condicionalidades estreitamente relacionadas aos indicadores socioeconômicos analisados após a maternidade, como os educacionais. Desta forma, a presente pesquisa se propõe a avaliar como a cobertura do benefício por mesorregião afeta o sinal e a magnitude dos efeitos da maternidade na adolescência sobre os indicadores de educação e trabalho das adolescentes.

Para tanto, trabalha-se com a seguinte pergunta: *como o benefício do Programa Bolsa Família afeta a frequência escolar e a participação no mercado de trabalho das adolescentes beneficiárias?* A hipótese inicial apresentada é a de que o Programa tende a favorecer a permanência na escola e o adiamento do ingresso ao mercado de trabalho, mesmo para as adolescentes mães. Além de evidências quantitativas, o estudo investiga aspectos subjetivos, de modo a qualificar as inferências sobre o evento, no contexto das famílias do Programa.

Sabendo da importância dos jovens para o desenvolvimento econômico e social do país devido às suas potencialidades em formação, dedicar maior atenção a esse tema é fundamental para entender certos arranjos familiares e sociais que se desenvolvem no país. Acredita-se que a contribuição principal da atual pesquisa é a investigação dos efeitos que o PBF tem sobre os resultados escolares e ocupacionais de mães adolescentes beneficiadas, associando esses às subjetividades que envolvem esse público. Espera-se que os resultados possam enriquecer os estudos sobre o Programa e motivar outros desenhos de políticas públicas mais específicas para esse grupo, direcionadas à sexualidade e à reprodução nessa faixa etária, tendo em vista as diferenças na maturidade biológica e psicológica que caracterizam esse público.

Capítulo 1 - A maternidade e o Programa Bolsa Família

Este capítulo propõe-se a verificar a influência do PBF sobre a escolha educacional e o estado no mercado de trabalho da adolescente mãe beneficiada, a partir da análise quantitativa dos dados do Censo 2010. Além do referencial teórico sobre o tema de pesquisa, o capítulo apresenta os preliminares empíricos, com a descrição dos dados e das variáveis, seguidos pela metodologia de estimação. Por fim, são apresentados os resultados e as discussões.

1.1 Referencial Teórico

A construção do referencial teórico da pesquisa, na abordagem quantitativa, esteve inicialmente interessada em levantar estudos que associassem a maternidade com os resultados socioeconômicos das adolescentes e estudos que avaliassem a influência do PBF sobre a fecundidade das mulheres e as decisões de estudar e trabalhar das jovens e dos jovens beneficiários. A literatura selecionada nos permitiu construir as hipóteses assumidas nas estratégias de identificação e de estimação do presente estudo.

A partir dos estudos que apontam os efeitos da maternidade sobre indicadores de educação e trabalho das adolescentes, identifica-se que o evento aparece associado negativamente com tais indicadores, pelo menos no curto prazo, por ser a maternidade uma atividade intensiva em tempo e rivalizar com o tempo dedicado à escola e ao mercado de trabalho. Por outro lado, os estudos que avaliam o Bolsa Família demonstram que o programa, além de não incentivar a fecundidade, tem impactos positivos sobre a frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiadas. Embora os efeitos sobre a redução do trabalho infantil não sejam tão definidos como na educação, há evidências de que o Programa favoreça a combinação entre trabalhar e estudar e reduza a probabilidade de jovens que não estudam e não trabalham dentro da família. Isso posto, a revisão inicia-se com os trabalhos sobre a maternidade na adolescência.

Com a abordagem quantitativa e o uso de natimortos para tratar do problema de endogeneidade presente na relação entre filhos e resultados socioeconômicos, Santos (2013) investiga o impacto da presença de filho sobre os resultados econômicos e sociais de curto prazo das adolescentes brasileiras entre 15 e 19 anos de idade. A partir dos dados das PNADs de 1992 a 2009 e usando a natimortalidade como instrumento para construção de um contrafactual, identifica-se que o evento reduz em 18,8 pontos percentuais (p.p) a probabilidade de frequentar

a escola e em 10 p.p a probabilidade de a adolescente possuir pelo menos o Ensino Fundamental completo. Ademais, foram encontradas evidências de que a presença de filho também reduz em 13,7 p.p as chances de a jovem participar do mercado de trabalho.

Destaca-se também na literatura o trabalho de Narita e Diaz (2016) que busca encontrar os efeitos da maternidade na adolescência sobre a escolaridade e a participação no mercado de trabalho. As autoras, por meio dos dados da PNAD de 1992 a 2004 e do DATASUS - banco de dados do Ministério da Saúde, constroem um pseudopainel com base na UF de nascimento e na *coorte* de nascimento das jovens. Em seus resultados, verificam-se desvantagens associadas ao evento em questão tanto para escolaridade, conclusão do ensino médio, quanto para a participação feminina no mercado de trabalho. Encontram-se: menor probabilidade de conclusão do ensino médio, quanto mais velha é a adolescente, e efeitos persistentes da maternidade na vida da mulher sobre o indicador de mercado de trabalho.

No que tange a estudos direcionados à educação Almeida, Aquino e Barros (2006), com base no projeto da pesquisa *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil (Pesquisa GRAVAD)*⁷, encontram evidências de que os principais motivos de evasão escolar para as mulheres são a gravidez e a presença de filhos, enquanto que para os homens a necessidade de trabalhar é determinante para o abandono da escola. Verifica-se, ainda, que 40,1% das jovens que engravidaram e tiveram seu filho abandonaram a escola. Todavia, 20,5% já tinham abandonado a escola antes de engravidar. Jovens com uma melhor trajetória escolar estão mais expostos a informações sobre gravidez e métodos contraceptivos nas escolas, iniciando sua vida sexual mais tarde e apresentando maior probabilidade de utilizar métodos contraceptivos na primeira relação sexual. Segundo os autores, isto destaca o efeito da educação e também do amparo familiar nas decisões sexuais e reprodutivas desses jovens. Em outra pesquisa sobre evasão escolar, Cavenaghi e Berquó (2005) afirmam que o sistema educacional brasileiro não é provido de programas especiais para as jovens que se tornam mães na adolescência. Assim sendo, o resultado mais provável em termos de educação para essas jovens é o abandono dos estudos, caso optem por não abortar.

Sobre essa questão, mas fora da abordagem quantitativa, Fontoura e Pinheiro (2009) afirmam que a gravidez na adolescência é marcada pela heterogeneidade, podendo dar-se no âmbito de uma relação estável ou não, podendo gerar distintos arranjos familiares e podendo alterar o percurso profissional ou não. As autoras, além de sugerirem a desconstrução de preconceitos e estereótipos em torno da gravidez na adolescência, enfatizam que a maternidade

⁷ Essa pesquisa será melhor descrita no capítulo seguinte.

pode ser fruto da ausência de opções e da dificuldade de forjar um projeto de vida para além de ser mãe de família. Nesta perspectiva, tratar a fecundidade na adolescência como determinante exógeno, por exemplo, da educação, seria incorreto. De fato, a gravidez na adolescência pode ser resultado de um processo de escolha da adolescente. A ideia é que ela compara os custos e benefícios de ficar grávida com os custos e benefícios de permanecer na escola, por exemplo, e então decide o que fazer.

Em relação aos efeitos do Bolsa Família, Simões e Soares (2012), usando a base de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS, 2006), investigam o efeito do Bolsa Família sobre a fecundidade das mulheres beneficiárias utilizando um modelo de contagem que permite avaliar o efeito da política no número de filhos e não apenas na decisão de ter ou não filhos. Para lidar com a endogeneidade do programa, o modelo de contagem é estimado pelos métodos de dois estágios de Heckman e pelo Método dos Momentos Generalizados (GMM). A base de dados permitiu aos autores acompanhar as beneficiárias durante os 30 meses iniciais de exposição ao programa. Ao comparar esse grupo com o grupo de mulheres elegíveis, mas não beneficiárias, os resultados indicaram um efeito negativo e significativo do programa em relação à fecundidade, ou seja, não houve indícios de que o benefício eleve a taxa de fecundidade no segmento de renda mais baixa.

Alves e Cavenaghi (2012) também afirmam que, embora o PBF tenha um desenho pró-natalista, na prática o benefício não tem impacto positivo sobre a fecundidade. Na síntese que os autores fazem dos trabalhos que abordam o PBF, fecundidade e saída da pobreza, está a afirmação de que a parcela variável do benefício é muito baixa e não tem causado uma mudança na tendência média de declínio nas taxas de fecundidade no Brasil. Identifica-se que as mulheres beneficiárias buscam o benefício porque têm filhos e não, necessariamente, têm filhos para entrarem no Programa.

Na mesma linha, Signorini e Queiroz (2011) também avaliam o impacto do PBF sobre a fecundidade das beneficiárias, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2004 e 2006 e usando a metodologia do escore de propensão com grupos de tratamento e controle, para observar o efeito médio do programa sobre as beneficiárias (ATT). O resultado dos autores corroboram os já citados com a ausência de efeitos significativos.

Sobre o mesmo enfoque, Rocha (2009) investiga a magnitude e o sinal do impacto do PBF sobre a probabilidade de a mulher ter filhos. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram utilizadas três diferentes metodologias: método de Diferenças em Diferenças com as PNADs de 1995 a 2007, a criação de um grupo de tratamento com o suplemento da PNAD 2006 e

Propensity Score Matching. Em todos os três métodos não foram encontrados efeito significativo na fecundidade das beneficiárias. O resultado é semelhante ao encontrado em outros programas de transferência de renda na América Latina, como o Progresá no México e o RPS em Nicarágua, confirmando que o benefício não é suficiente para estimular a fecundidade entre os mais pobres.

Embora a presente pesquisa não tenha o intuito de encontrar os efeitos do benefício sobre a fecundidade das adolescentes beneficiadas pelo Bolsa Família, trazer breves evidências de que não têm sido encontrados efeitos do benefício sobre o número de filhos nas famílias auxilia na discussão que se pretende neste trabalho.

Em relação ao trabalho infantil e à educação, há vários estudos que avaliam os impactos do PBF na decisão de estudar e trabalhar das crianças e dos jovens das famílias atendidas pelo programa. Silveira, Campolina e Horn (2013) identificaram efeitos positivos do programa sobre a frequência escolar a partir da análise do Censo de 2010. Há também um efeito positivo na redução da chance de crianças e adolescentes nem estudarem, nem trabalharem e, no meio rural, há um favorecimento ao estudo, isoladamente ou em conjunto com o trabalho. Em linhas gerais, os autores identificam que o benefício eleva a probabilidade de estudar e trabalhar conjuntamente. Uma reflexão importante sobre o PBF trazida pelos autores é que a concessão do benefício às mães favorece que se privilegie mais a educação dos filhos, especialmente das filhas. Os resultados indicam um impacto diferenciado de gênero, havendo efeito positivo mais expressivo sobre a frequência escolar para as adolescentes residentes do meio urbano. Com um recorte para as famílias beneficiadas pelo programa no meio rural do Nordeste, Melo e Duarte (2010) avaliaram o impacto do PBF sobre a frequência escolar entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos também identificando um efeito positivo apenas para as meninas.

Cacciamali, Tatei e Batista (2010) analisam o impacto do PBF sobre incidência de trabalho infantil e frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil em 2004 usando a PNAD de 2004 e a técnica do *probit* bivariado. Os resultados evidenciam que o programa eleva o atendimento escolar das crianças, mas é incapaz de reduzir a incidência de trabalho infantil em famílias pobres. Outras evidências encontradas sobre o programa cabem ser ressaltadas: não se identificou relação entre a cor dos pais e filhos e a ocorrência de trabalho infantil ou a frequência escolar; a informalidade do trabalho dos pais favorece o trabalho infantil, mas também tem relação positiva com a frequência escolar; a frequência escolar não se diferencia por gênero; e o tamanho da família tem relação direta com as chances de haver trabalho infantil e não atendimento escolar.

Analisando a expansão do PBF por meio do Benefício Variável Jovem, Chitolina, Foguel e Menezes-Filho (2016) mensuram o impacto desse benefício sobre a alocação do tempo dos jovens e sobre a oferta de trabalho de seus pais. Com o método de diferenças em diferenças e usando os anos de 2006 e 2009 da PNAD (antes e após a criação do BVJ), os autores identificaram um impacto positivo do benefício sobre a frequência escolar e sobre a decisão dos jovens de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Tal impacto mostrou-se mais intenso para os jovens de 16 anos da zona rural e de regiões mais pobres. Ademais o estudo reforça a ausência de um “efeito preguiça” associado aos programas de transferência de renda ao não encontrar um impacto relevante do BVJ sobre a oferta de trabalho dos pais dos jovens.

Avaliando o impacto das condicionalidades de educação do PBF, Amaral e Monteiro (2013) buscaram identificar se as condicionalidades que se referem à frequência escolar de fato funcionam. A avaliação de impacto consistiu em comparar grupos que receberam o tratamento (beneficiados pelo PBF) com os que não receberam, mas já haviam se cadastrado em algum programa público. Nos resultados, encontra-se que em 2005 as crianças residentes em domicílio beneficiário do programa tinham menos chances de abandonar a escola. Ademais, os autores identificam uma relação negativa entre a presença da mãe no domicílio e evasão escolar e uma relação também negativa entre participação da mãe em organizações sociais e evasão escolar. A necessidade de investimentos para elevar a qualidade da educação pública foi citada pelos autores como elemento indispensável para quebrar o ciclo intergeracional de pobreza.

Na mesma linha e com conclusões semelhantes, Fahel, Morais e França (2011) discutem os impactos do PBF sobre a matrícula escolar dos beneficiários entre 6 e 17 anos no estado de Minas Gerais usando o método *Propensity Score Matching* (PSM). Os resultados apontam que o Programa tem um efeito positivo mais intenso sobre a matrícula escolar dos adolescentes entre 15 e 17 anos, de cor/raça negra, residentes em área rural e do sexo masculino, um perfil tradicionalmente com maiores taxas de reprovação e abandono, conforme destacado pelos autores. Apesar do efeito significativo sobre a inclusão escolar e permanência da escola, o PBF não se configura como uma política educacional capaz de superar o ciclo intergeracional da pobreza via educação, devido à qualidade insatisfatória da educação nas escolas públicas da região, de acordo com os autores.

Na publicação *Dez Anos do Programa Bolsa Família*, Craveiro e Ximenes (2013) apresentam os desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. Analisando as condicionalidades de educação, que exigem frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% de jovens de 16 e 17 anos, os autores levantam

diversos estudos que demonstram as melhoras significativas que tal condicionalidade tem gerado nos indicadores educacionais do público do programa, comparativamente ao público geral. Os resultados apontam que os(as) estudantes beneficiários(as) têm apresentado uma menor taxa de abandono escolar, tanto no nível fundamental como no médio. A partir do Censo Escolar, eles identificam que há um ajuste na trajetória escolar no decorrer do tempo para os estudantes de famílias do PBF, uma vez que esses abandonam menos a escola e têm melhores taxas de aprovação. Igualmente, na mesma publicação, Paiva, Falcão e Bartholo (2013) destacam que o PBF permitiu às famílias beneficiadas mais e melhores oportunidades de inclusão produtiva via o PRONATEC Brasil Sem Miséria, que oferece cursos de formação inicial e continuada para a população de baixa renda, por meio dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e escolas do Sistema S. De acordo com os autores, a maioria dos estudantes matriculados nesses cursos são mulheres jovens com até 29 anos de idade.

Como pode ser observado, diversos estudos já foram conduzidos com a finalidade de investigar de que forma o benefício e as suas condicionalidades influenciam as decisões dos jovens beneficiários. Com objetivos próximos aos declarados neste trabalho e usando o Censo Demográfico de 2010, Vasconcelos et al. (2017) investigam a relação entre o PBF e a probabilidade de jovens entre 18 e 29 anos pertencerem à geração “nem-nem” jovens que não estudam nem trabalham (NEET). Usando o método PSM, os autores encontram que o programa reduz as chances de que os jovens adultos sejam “nem-nem”, sendo maior a magnitude desse impacto para os homens e para os jovens classificados na extrema pobreza. Além dessas evidências, o estudo aponta para a existência de efeitos positivos do Programa sobre a probabilidade de os jovens estudarem e trabalharem, com efeitos superiores para a participação no mercado de trabalho⁸.

Por último, ainda sobre os jovens “nem-nem” (NEET)⁹, Simões, Santos e Vaz (2013) estudam esse grupo no Brasil, traçando um diagnóstico do perfil desses jovens. Os autores destacam o cuidado em se lidar com esse conceito “nem-nem”, ressaltando que, por não ser homogêneo, tal grupo apresenta determinantes diferentes para tal condição, podendo ser esta fruto de escolha ou da falta de opção. São citados fatores institucionais (como forma de organização do sistema educacional; os mecanismos de transição escola-trabalho e o suporte ao jovem na escolha profissional e na busca de emprego) e estruturais (como a origem social do

⁸ Importa destacar que não se levou em consideração nesse estudo a posição dos jovens na família, se esses eram filhos, pais ou mães.

⁹ Os autores consideram a taxa de NEET como a fração dos jovens que não estudam, nem trabalham nem buscam trabalho. Portanto, não são considerados os buscam trabalho.

jovem, seu local de moradia, o status econômico de sua família, raça e gênero) como determinantes que desafiam os formuladores de políticas na proposição de programas com foco nesse grupo. O estudo ainda aponta que, para o grupo dos 20% mais pobres, a partir de 2007 observou-se um aumento mais intenso da participação de jovens de 14 a 17 anos entre os que só estudam e uma redução desses entre os que participam do mercado de trabalho. Tal tendência chega a ser associada à condicionalidade de educação do PBF.

Outra questão em Simões, Santos e Vaz (2013) é a de que, entre as jovens dos 20% mais pobres, a maternidade aumenta a probabilidade de estarem fora da escola e do mercado de trabalho. Destaca-se que tal fato não se verifica para as jovens do grupo 20% mais ricos e é ainda mais intenso para as jovens mães negras. Ante a tais achados, os autores pontuam a diferença de suporte oferecido aos dois grupos de renda para que essas jovens possam desenvolver a sua maternidade e ao mesmo tempo manter seus projetos de vida.

Em estudo posterior de grande relevância para a presente discussão, Simões (2013) investiga se a condição de membro beneficiado pelo BF está associada a uma menor chance de o jovem estar na condição de “nem-nem” e os determinantes de tal condição. Observando a amostra de 14 a 24 anos da PNAD 2011, contendo beneficiários e não beneficiários, o autor analisa a condição de atividade dos jovens, usando o modelo econométrico “*probit*”. Os resultados apontam que o Programa tem um efeito médio de redução na probabilidade NEET de 2,4 pontos percentuais. Para as jovens dessa faixa etária verificou-se que, independente da condição de renda, escolaridade, cor, idade ou região, o casamento e a maternidade aumentam a probabilidade NEET de forma significativa, 15 p.p. e 9 p.p, respectivamente. Por outro lado, o BF reduz cerca de 3 p.p. na probabilidade de a jovem ser NEET. Quando tal efeito é analisado apenas sobre o subgrupo das jovens mães, o efeito do Programa desaparece. Já para aquelas que não são mães, encontrou-se um efeito negativo do benefício sobre a probabilidade NEET de 3,6 p.p, sendo este efeito maior quanto menor o nível de renda da família. Por fim, o autor infere que o PBF teria seu efeito anulado para a redução da taxa NEET quando a jovem casa-se ou torna-se mãe. Outra importante evidência no estudo é que a mãe com acesso à creche tem, em média, uma probabilidade 19,5 p.p. menor de estar na condição de NEET do que a mãe que não tem sua(s) criança(s) na creche. Esse efeito independe do quintil de renda, idade, nível educacional, região ou se a jovem é casada, negra ou participante do Bola Família. Ademais, o acesso à pré-escola aparece associado com uma redução de 8,5 p.p. na probabilidade da jovem estar no grupo NEET

Todos os trabalhos relacionados têm um papel importante na contribuição para o debate do efeito de Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs) na sociedade.

Mais especificamente, foram selecionadas as produções referentes ao PBF e a seus efeitos sobre fecundidade, frequência escolar e trabalho, por serem tópicos abordados na presente pesquisa. Com tais evidências, torna-se possível reafirmar a hipótese de pesquisa de que o PBF tende a atenuar os efeitos adversos da maternidade sobre a frequência escolar e a retardar o ingresso das adolescentes mães no mercado de trabalho. A seção a seguir apresenta os preliminares empíricos e algumas características da amostra em análise.

1.2 Preliminares Empíricos

1.2.1 Dados

Na presente pesquisa foram utilizados os dados provenientes do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A base é um retrato da população brasileira e das características de seus domicílios. A investigação inicial delimitou-se nos domicílios brasileiros que apresentassem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 500,00¹⁰. As variáveis de interesse utilizadas para descrever a amostra e realizar os procedimentos econométricos estão explicitadas no apêndice estando a seguir apenas as principais para o estudo:

Quadro 3 – Variáveis do Censo

Variável de interesse	Variável do Censo
Frequenta escola pública ou particular	V0628 - Frequenta escola ou creche
Faz parte da PEA: se economicamente ativa	V6900 - Condição de atividade na semana de 25 a 31 de julho de 2010
Recebe o Bolsa Família: se a pessoa tinha rendimento mensal habitual, no mês de julho de 2010, proveniente do Programa Social Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	V0657 – Em julho de 2010, tinha rendimento mensal habitual de Programa Social Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis do Censo 2010

1.2.2 Análise descritiva

A amostra em análise apresentou as seguintes características, a partir da base do Censo 2010:

¹⁰ O corte amostral pela renda ocorreu para que fosse possível trabalhar com um público de baixa renda, mais próximo ao público do BF, além de resolver questões operacionais na manipulação do banco de dados.

Tabela 1 - Adolescentes de 12 a 19 anos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 500,00

Idade	Quantidade	%
12	305.278	13,31%
13	305.042	13,30%
14	310.626	13,54%
15	312.807	13,64%
16	288.745	12,59%
17	275.548	12,01%
18	260.113	11,35%
19	235.777	10,28%
Total	2.293.936	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

A composição de adolescentes em cada idade é relativamente homogênea para esse recorte. Destaca-se que desse total de adolescentes, 108.339 (4,72%) são mães, para esse recorte de renda. Dessas jovens que são mães, 37.451 (34,56%) aparecem como beneficiárias do Programa.

Antes de entrar em informações comparativas, a tabela abaixo indica a quantidade do público de jovens de 12 a 19 anos de idade em relação às características escolares e ocupacionais.

Tabela 2 - Quantidade de adolescentes de 12 a 19 anos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 500,00, segundo informações socioeconômicas, por sexo

	Meninas	Meninos
Frequentam escola	884.609 (77,9%)	906.945 (78,3%)
Apresentam atraso escolar	219.892 (19,4%)	295.411 (25,5%)
Participam da PEA	248.334 (21,9%)	359.338 (31%)
Estão ocupados	176.944 (15,6%)	296.618 (25,6%)
São mães	108.339 (4,72%)	-
Total	1.134.994	1.158.942

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

A fim de identificar algumas diferenças entre adolescentes mães e não mães, beneficiadas e não beneficiadas pelo Bolsa Família, foram realizados testes de diferenças de médias para algumas variáveis:

Tabela 3 - Diferenças de médias entre adolescentes – Educação e Mercado de Trabalho

	Não mães e não recebem o BF (A)	Mães e não recebem o BF (B)	Mães e recebem o BF (C)	Não mães e recebem o BF (D)	(B) –(A)	(C) – (D)
Escola Nº de obs.	80,02% 547.763	20,51% 59.725	29,62% 30.233	88,32% 476.235	-59,51%***	-58,70%***
Atraso escolar Nº de obs ¹¹ .	32,61% 251.592	65,16% 52.194	70,97% 26.412	38,51% 180.642	32,54%***	32,46%***
PEA Nº de obs.	21,74% 547.763	31,39% 59.725	32,38% 30.233	19,87% 476.235	9,6%***	12,51%***
Ocupação Nº de obs.	68,44% 119.093	67,42% 18.748	68,00% 9.792	75,88% 94.631	-1,02%***	-7,88%***
Informal Nº de obs.	51,10% 74.489	48,05% 11.230	58,48% 5.501	58,48% 56.729	-3,04%***	0,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

Diferença estatisticamente *significativa a 10%, **significativa a 5%, ***significativa a 1%

Longe de expressar causalidade, o teste de médias aponta a presença e o sentido das diferenças entre os grupos comparados. Na primeira diferença (B-A), a maternidade, no contexto de jovens não beneficiadas pelo PBF, parece subrepresentar as adolescentes no que tange à frequência escolar e à ocupação, seja ela formal ou informal. Por outro lado, as jovens mães fora do Programa aparecem mais representadas em relação ao atraso escolar e à participação na PEA.

Já na segunda diferença analisada (C-D), comparando jovens do BF, a maternidade apresenta o mesmo sentido encontrado anteriormente para frequência e atraso escolar, porém com diferenças em magnitudes ligeiramente menores. A maternidade tende a desfavorecer a frequência escolar e a favorecer o atraso escolar de modo muito semelhante para jovens beneficiárias e não beneficiárias. Em relação à participação no mercado de trabalho, as mães beneficiadas aparecem mais representadas na PEA, porém menos ocupadas, acompanhando o mesmo sentido da comparação anterior, mas com magnitudes um pouco maiores. As diferenças na tabela 3 apresentam indícios de que o benefício não tende a alterar substancialmente os efeitos da maternidade sobre os resultados escolares.

¹¹ Destaca-se que para essa característica a presença de *missings* reduziu o número de observações, comparativamente ao número correspondente à frequência escolar.

Tabela 4 - Diferenças de médias entre adolescentes – Características socioeconômicas

Características	Não mães e não recebem o BF (A)	Mães e não recebem o BF (B)	Mães e recebem o BF (C)	Não mães e recebem o BF (D)	(B) – (A)	(C) – (D)
Cônjuge	8,16%	71,12%	44,74%	2,59%	62,96%***	42,15%***
Negra	55,22%	62,84%	71,35%	68,85%	7,61%***	2,50%***
Renda domiciliar per capita	R\$ 256,62	R\$ 208,66	R\$ 152,47	R\$ 158,11	- R\$ 47,96***	-R\$ 5,64***
Responsável ou cônjuge no domicílio	7,44%	58,71%	24,24%	1,28%	51,26%***	22,96%***
Mora com os pais	73,76%	24,62%	54,80%	86,37%	-49,14%***	-31,57%***
Educação do Chefe ¹²	1,59	1,55	1,27	1,24	-0,04***	0,03***
Número de observações	547.763	59.725	30.233	476.235		
Mãe presente no domicílio	75,58%	24,98%	56,53%	88,98%	-50,59%***	-32,45%***
Número de observações	545.889	59.522	30.161	475.384		

Fonte Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

Diferença estatisticamente *significativa a 10%, **significativa a 5%, ***significativa a 1%

Em relação às características socioeconômicas, destaca-se a diferença entre os grupos quanto ao fato de ter um cônjuge. As adolescentes mães são mais representadas em apresentarem um relacionamento conjugal e em não residirem com os pais, entre as não beneficiárias (B-A). Ademais, para as mães, a renda domiciliar per capita é menor e elas são mais representadas em relação à cor/raça negra. O mesmo comportamento identifica-se observando a maternidade entre as adolescentes beneficiadas (C-D), porém com diferenças em menores magnitudes.

Tabela 5 - Diferenças de médias entre adolescentes – Localização geográfica

	Não mães e não recebem o BF (A)	Mães e não recebem o BF (B)	Mães e recebem o BF (C)	Não mães e recebem o BF (D)	(B) – (A)	(C) – (D)
Norte	9,37%	13,16%	15,14%	11,68%	3,78%***	3,46%***
Nordeste	26,43%	31,69%	52,77%	53,04%	5,26%***	-0,27%

Continua

¹² Informação construída a partir da variável V6400 - Nível de Instrução, onde 1 indica sem instrução e fundamental incompleto e 2 indica fundamental completo e médio incompleto. A ideia da estatística é expressar apenas quais dos grupos apresenta chefe de família com maior nível de escolaridade.

Tabela 6 - Diferenças de médias entre adolescentes – Localização geográfica

	Não mães e não recebem o BF (A)	Mães e não recebem o BF (B)	Mães e recebem o BF (C)	Não mães e recebem o BF (D)	(B) – (A)	(C) – (D)
Sudeste	39,93%	31,59%	17,99%	21,59%	-8,33%***	-3,60%***
Sul	16,69%	14,82%	8,89%	8,6%	-1,87%***	0,29%*
Centro-Oeste	7,56%	8,72%	5,20%	5,07%	1,15%****	0,13%
Urbana	78,78%	73,15%	66,07%	60,76%	-5,63%***	5,31%***
Número de observações	547.763	59.725	30.233	476.235		

Fonte Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

Conclusão

Diferença estatisticamente *significativa a 10%, **significativa a 5%, ***significativa a 1%

Quanto à localização geográfica, a representação rural das mães é maior do que a representação rural das não mães, apenas entre as jovens não beneficiadas pelo BF (B-A). O sentido se inverte na comparação entre jovens do Programa (C-D). Além disso, a maternidade aparece mais prevalente nas regiões com menor desenvolvimento econômico nas duas comparações. Finalizada a análise descritiva, segue-se para a metodologia aplicada.

1.3 Metodologia

Com o problema de pesquisa e motivados por estudos que apontam um efeito da maternidade na adolescência sobre indicadores de educação e trabalho, essa seção busca descrever o método para identificar se o Bolsa Família está associado à magnitude desse efeito. Para tanto, a estratégia consistiu em duas etapas: na primeira etapa, estimou-se o efeito da maternidade sobre indicadores de educação e trabalho com dados individuais estratificados por mesorregiões¹³; na segunda etapa, foram usados dados mesorregionais para estimar a relação entre os efeitos estimados na primeira etapa e a respectiva incidência do Bolsa Família.

Destaca-se que para o primeiro efeito foi desejável que as observações estivessem na mesma unidade regional, para harmonizar a amostra em questões relacionadas às “oportunidades ou barreiras” de estudar e/ou trabalhar. Por outro lado, a estimação do segundo efeito poderia ficar comprometida ao usar observações no mesmo município, uma vez que é o município quem seleciona as famílias beneficiárias. Assim, a solução encontrada para se evitar o viés por variáveis omitidas foi usar a variação de incidência do Bolsa entre mesorregiões, incorporando variações no processo de seleção entre municípios, que podem minimamente

¹³ O uso de mesorregiões justifica-se por ser a menor agregação regional possível com número de observações suficiente para se estimar o efeito.

dependem de aspectos não observáveis da família e mais de características do prefeito e/ou de sua equipe de assistência social.

1.3.1 Primeira etapa

A primeira etapa consistiu em estimar o parâmetro δ_1 do modelo abaixo estimado com dados individuais para cada uma das 137 mesorregiões do Brasil:

$$Y_i = \delta_0 + \delta_1 M_i + \delta_n \Pi_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde: Y_i é a variável binária que indica a frequência à escola ($Y=1$ frequenta escola) ou a participação na PEA ($Y=1$ participa da PEA) da jovem “ i ”; M_i é variável binária que indica o evento da maternidade da jovem “ i ” ($M=1$ mãe de um único filho); Π_i denota o conjunto de variáveis de controle definido pelas características individuais: cor-raça, faixa etária, presença de cônjuge, mãe presente no domicílio, mora com os pais, escolaridade do chefe de família, urbana, dummies de município, renda, internet, automóvel, densidade morador por dormitório.

O modelo de regressão utilizado foi o modelo *Logit*, frequentemente escolhido em casos de variável dependente binária. Esse modelo não linear, em geral, se apresenta alternativamente ao modelo *Probit*, sendo a especificação da função de distribuição acumulada (f.d.a) a principal diferença entre ambos os modelos. Enquanto o *Logit* assume uma f.d.a logística, o modelo *Probit* assume um f.d.a normal padrão. Facilmente computado, o modelo *Logit* é o mais usado na literatura. O uso do Método de Mínimos Quadrados torna-se nesse caso inadequado por ignorar o caráter discreto da variável dependente e não assegurar que as probabilidades preditas estejam entre zero e um. Assim, o uso de modelos não lineares como o *Logit* e o *Probit* são mais adequados para lidar com a heterocedasticidade e com erros não normalmente distribuídos, quando se tem variável dependente qualitativa, assegurando-se que os valores preditos encontrem-se no intervalo entre zero e um.

A regressão logística modela a probabilidade de sucesso da variável de interesse ($Y = 1|Z$) condicional ao conjunto das variáveis independentes Z^{14} , por exemplo. Y é assim a variável aleatória dependente dicotômica que assume os valores um ou zero, que indicam respectivamente a ocorrência ou não de um dado evento. Destarte, a probabilidade de ocorrência do evento é definida como: $Pr(Y_i = 1|Z_i)$ e é modelada pela regressão logística dada por:

¹⁴ Z é o vetor de variáveis composto pelas variáveis de controle Π e a variável M , que distingue o grupo de tratamento do controle.

$$\Lambda(Z'\beta) \equiv \frac{e^{Z'\beta}}{1 + e^{Z'\beta}} \quad (2)$$

Assim, tem-se que: $P_i = E(Y_i|Z_i) = \Lambda(Z'\beta) \equiv \frac{e^{Z'\beta}}{1 + e^{Z'\beta}}$ (3)

A estimação nesse tipo de modelo ocorre via o Método de Máxima Verossimilhança, uma vez que estamos trabalhando com um modelo não linear onde a variável dependente dicotômica segue uma distribuição de Bernoulli, com função discreta de probabilidade dada por: $P(Y = y_i) = p_i^{y_i}(1 - p_i)^{1-y_i}$

Como $p_i = \Lambda(Z'\beta) \equiv \frac{e^{Z'\beta}}{1+e^{Z'\beta}}$, o logaritmo natural da função de verossilhança fica:

$$\mathcal{L}_N = \sum_{i=1}^n Y_i * \ln \Lambda(Z'\beta) + (1 - Y_i) * \ln(1 - \Lambda(Z'\beta)) \quad (4)$$

O Método de Máxima Verossimilhança tem como objetivo maximizar o logaritmo natural da função de verossimilhança, ou seja, obter por meio de um processo iterativo os valores dos parâmetros do modelo de modo que a probabilidade de observar os valores de Y_i seja a mais alta possível. Destaca-se que os estimadores obtidos são geralmente consistentes, uma vez que asseguramos a ausência de erros na especificação da densidade da variável binária.

Como as estimativas dos coeficientes na modelagem logística fornecem de imediato apenas informação sobre o sentido da influência da variável explicativa sobre a probabilidade de resultado positivo, ou seja, se essa influência é positiva ou negativa, outras informações sobre a magnitude do efeito requerem cálculos adicionais. Por isso, a análise dos efeitos da maternidade sobre a frequência escolar e a situação no mercado de trabalho foi a partir dos efeitos marginais médios.

O efeito marginal médio em variáveis discretas, como é o caso da variável M, é calculado como sendo $\Pr(Y=1|\Pi, M=1) - \Pr(Y=1|\Pi, M=0)$. Assim, ser do grupo de ‘tratamento’, ou seja, ser mãe de um único filho ocasiona uma variação em pontos percentuais sobre a probabilidade de resultado positivo do evento $Y=1$, que neste caso pode ser frequentar escola ou participar da força de trabalho dado evento.

Isso posto, para cada uma das 137 mesorregiões, foram estimadas duas especificações de modelos com variáveis de controle distintas, conforme descrição a seguir¹⁵:

¹⁵ Estão no apêndice, as tabelas completas com os resultados das regressões.

Quadro 4 - Modelos de análise

Modelo	Controles
Modelo 1	<i>Faixa etária, cor-raça, dummies de municípios</i>
Modelo 2	<i>Faixa etária, cor-raça, dummies de municípios, tem cônjuge, mora com os pais, mãe mora no domicílio, escolaridade do chefe e área urbana</i>

1.3.2 Segunda Etapa

Na segunda etapa os efeitos da maternidade estimados em mesorregiões são relacionados com a incidência do Bolsa Família (BF) nas respectivas mesos, de forma a estimar o parâmetro β_1 do seguinte modelo, pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários¹⁶:

$$\delta_{escola,r} = \beta_0 + \beta_1 BF_r + \beta_n T_r + v_r \quad (7)$$

$$\delta_{pea,r} = \beta_0 + \beta_1 BF_r + \beta_n T_r + v_r \quad (8)$$

Sendo: $\delta_{escola/pea,r}$ os efeitos marginais médio da maternidade sobre as escolhas de frequentar escola e participar da PEA, calculados na etapa 1 para cada mesorregião “r”; BF a proporção de famílias beneficiadas pelo BF da mesorregião “r” e T o conjunto das variáveis de controle composto por características mesorregionais “r”: percentual de famílias elegíveis ao BF, taxa de cobertura em creches, taxa de cobertura em pré-escola, percentual de jovens de 12 a 19 anos no mercado de trabalho e percentual de jovens de 12 a 19 anos ocupados no mercado de trabalho¹⁷. Tais controles foram escolhidos por suas possíveis correlações com os efeitos da maternidade e, simultaneamente, com a proporção de famílias beneficiárias pelo BF.

Ressalta-se que o parâmetro de interesse, β_1 , não capta o efeito direto do benefício do BF sobre a probabilidade de frequência escolar, tampouco sobre a probabilidade de frequentar escola, dado que a jovem é mãe, por exemplo. Na verdade, o efeito encontrado pelo parâmetro é sobre a diferença de frequência escolar (ou da participação na PEA) de mães e não mães, conforme fórmula de efeito marginal calculado na primeira etapa, $\Pr(Y=1| \Pi, M=1) - \Pr(Y=1| \Pi, M=0)$.

¹⁶ Note que se Y na primeira etapa fosse uma variável contínua, poderíamos estimar o nosso parâmetro de interesse numa única etapa baseada num modelo linear que contemplasse uma interação entre BF e maternidade. Mas com Y binários tem-se a necessidade de usar modelos não lineares (logit neste trabalho). Nesse caso se perde a simplicidade de interpretação de um termo de interação.

¹⁷ Os detalhes sobre a construção das variáveis de controle encontram-se no Apêndice- Quadro 10.

Para interpretar o sinal de β_1 é bom ter em mente que em geral, é de se esperar que a maior incidência do bolsa família esteja associado a aumentos tanto em $\Pr(Y=1 | \Pi, M=1)$ como em $\Pr(Y=1 | \Pi, M=0)$. Mas isso não basta para determinar o sinal de β_1 que vai depender justamente das magnitudes relativas desses aumentos. Sendo assim, um parâmetro β_1 positivo indica que uma maior incidência do BF está associado a um aumento maior de $\Pr(Y=1 | \Pi, M=1)$ relativo ao aumento de $\Pr(Y=1 | \Pi, M=0)$. Nesse caso a maior incidência do bolsa família estaria associada a um maior aumento na frequência escolar das jovens mães relativamente às não mães. De forma análoga, um parâmetro β_1 negativo indica que uma maior incidência do BF está associado a um aumento menor de $\Pr(Y=1 | \Pi, M=1)$ relativo ao aumento de $\Pr(Y=1 | \Pi, M=0)$. Nesse caso a maior incidência do bolsa família estaria associada a um menor aumento na frequência escolar das jovens mães relativamente às não mães.

1.4 Resultados e Discussão

Seguindo a estratégia de estimação descrita, a apresentação dos resultados inicia-se com a análise do efeito da maternidade sobre frequentar a escola e ingressar no mercado de trabalho. As tabelas 6 e 7 a seguir sintetizam os efeitos encontrados para as duas diferentes modelagens¹⁸. Observa-se que a magnitude da média dos efeitos estimados se reduz com o aumento das variáveis de controle; pela relevância das variáveis envolvidas, as análises terão como foco para a discussão os resultados do modelo 2¹⁹.

Tabela 7 - Média dos efeitos da maternidade sobre frequência escolar

	Modelo 1	Modelo 2
Média	-0,271	-0,160
Máx	-0,200	0,150
Mín	-0,350	-0,200
Desvio Padrão	0,032	0,033
Número médio de obs.	8.306	8.138

Em primeiro lugar, importa destacar que a maternidade aqui considera a presença de um único filho ou filha²⁰, e que, pelo recorte amostral, tais efeitos referem-se ao curto prazo, ou seja, que afetam o período de vida até os 19 anos. Ademais, dois outros pontos importantes para a discussão é que todas as jovens do recorte etário, com renda domiciliar per capita igual

¹⁸ As tabelas com os resultados para cada uma das mesorregiões encontram-se nos apêndices.

¹⁹ Aqui cabe acrescentar que, embora relevante para isolar o efeito desejado, a variável renda não foi considerado como controle por seu caráter endógeno no modelo.

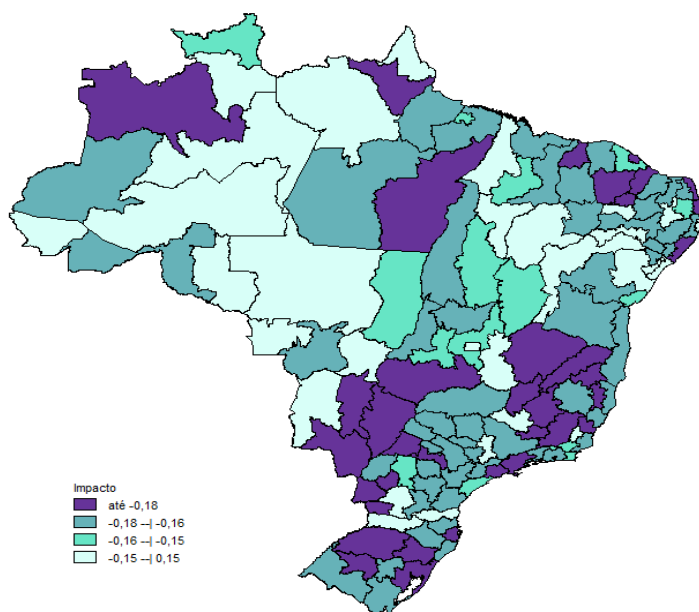
²⁰ Tal escolha permite certo "nivelamento" para a estimação do efeito maternidade, uma vez que o efeito tende a ser diferente conforme o número de filhos.

ou inferior a R\$500,00, foram contempladas na amostra, independente da sua posição na família, e que as diferentes idades dos filhos não foram discriminadas para análise dos efeitos.

Conforme outros estudos sobre os efeitos da maternidade sobre os resultados escolares das mães, em particular adolescentes, a presença de filho(a) relaciona-se negativamente com esse resultado. Pela tabela 6, a dispersão dessa influência foi pequena entre as mesorregiões, sendo essa quase sempre negativa. Em apenas um caso, encontrou-se um efeito positivo do evento sobre a frequência escolar, na mesorregião Centro Amazonense²¹.

O gráfico do mapa do Brasil estratificado pelas mesorregiões retrata a intensidade do efeito da maternidade sobre a frequência escolar das jovens. Nota-se que o efeito apresenta-se mais intenso basicamente nas mesos das regiões sudeste, sul e centro-oeste.

Gráfico 2 - Efeito da maternidade sobre frequência escolar por mesorregiões



Fonte: Elaboração própria a partir Censo 2010

Uma possível inferência sobre esse efeito e que pode também explicar as menores magnitudes para as mesorregiões do Norte e Nordeste é o perfil reprodutivo mais jovem conjugado com o baixo nível de escolaridade na região, o que pode refletir em um baixo custo de oportunidade de continuar estudando frente à escassez de oportunidade de emprego ou ao baixo valor esperado do salário no mercado de trabalho na vida adulta, além de outros obstáculos no mercado de trabalho.

²¹Essa mesorregião é uma das 4 do estado do Amazonas e contempla 30 municípios, dentre eles Manaus, Parintins, Coari, Manacapuru, Autazes, Nova Olinda do Norte, Maués, Tefé, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Iranduba.

A redução em 16 pontos percentuais (p.p) na probabilidade de a adolescente estar estudando aproxima-se de outras evidências encontradas sobre essa influência²². A dificuldade em conciliar o cuidado com o filho e as atividades escolares é mais intensa quanto mais novo está o bebê, conforme aponta a literatura. Além das novas demandas por cuidado, a adolescente pode por vezes deparar-se com carências materiais para criar seus filhos, levando-as a substituir as trajetórias escolares por ingresso no mercado de trabalho informal, por exemplo. Outras alterações como mudanças corporais e de relacionamento familiar, conjugal e social decorrentes da maternidade também são fatores que podem influenciar tal efeito. Ao estudar a condição das jovens que não trabalham e não estudam, Simões (2013) cita a ocupação com afazeres do lar, a formação de novos núcleos familiares e a tutela de irmãos menores como influenciadores dessas decisões para as jovens mães.

Em relação à decisão sobre o mercado de trabalho, a maternidade parece afetar bem menos as chances de as jovens fazerem parte da população economicamente ativa. Os efeitos foram reduzidos e pouco significativos para boa parte das mesorregiões. Pelo modelo 2, a presença de filho reduz em 0,1 p.p a probabilidade da adolescente estar na PEA.

Tabela 8 - Média dos efeitos da maternidade sobre o ingresso no mercado de trabalho

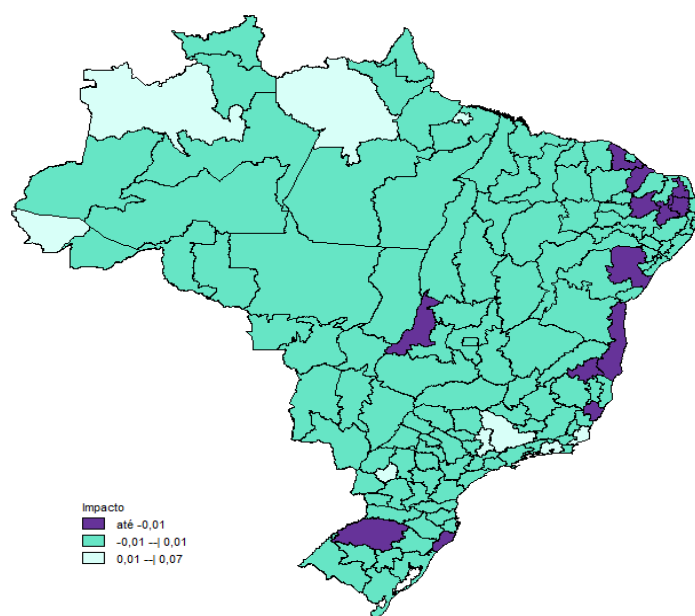
	Modelo 1	Modelo 2
Média	-0,006	-0,001
Máx	0,09	0,07
Mín	-0,11	-0,11
Desvio Padrão	0,025	0,018
Número médio de obs	8.158	8.137

O efeito foi quase inexistente com o modelo 2 para grande parte das mesorregiões²³, por causa disso, decidiu-se limitar a análise dessa escolha nessa primeira etapa, visto que não seria relevante prosseguir com a análise da influência do PBF sobre esse efeito quase que inexistente. Assim como para o primeiro exercício, foi construído um mapa com a exposição dos diferenciais de efeitos entre as mesorregiões.

²² Em Santos (2013), para o mesmo recorte etário, encontrou-se um efeito de 18,8 p.p.

²³ Tabela completa no Apêndice.

Gráfico 3 - Efeito da maternidade sobre a participação na PEA por mesorregiões



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo 2010

Os efeitos da maternidade sobre a participação no mercado de trabalho para as jovens de baixa renda são bem menores do que os encontrados na literatura que considera todas as faixas de renda. Os anos iniciais do nascimento do filho não motivam a adolescente a buscar trabalho, mesmo em contexto de baixa renda. Baixa escolaridade e o aumento da demanda por cuidados do filho podem retardar a entrada na PEA, além de outros entraves que se apresentam no contexto familiar, como responsabilidade sobre outras crianças da família, e no contexto social, como as discriminações racial e de gênero no mercado de trabalho. Outro ponto a ser levantado é que a possível presença de programas de transferência de renda nessas famílias aja no sentido de desencorajar uma entrada precoce na PEA, frente à possibilidade de maior qualificação no médio e longo prazos.

Destacados os resultados da primeira etapa de estimações, no que tange à segunda, os exercícios foram realizados apenas para os efeitos sobre a frequência escolar, visto não serem muito significativos para a PEA. Considerando os dois tipos de modelagem, descritos no quadro 3, a influência do Programa sobre tais estimativas pareceu, inicialmente, contraintuitiva. Conforme tabela 8, o benefício apresenta um efeito negativo sobre os parâmetros inicialmente estimados na etapa 1, contrariando a hipótese considerada no início.

Tabela 9 - Influência do PBF sobre o efeito da maternidade na frequência escolar

Variáveis explicativas	Modelo 1		Modelo 2	
	Ef. Marginal.	p-valor	Ef. Marginal	p-valor
% famílias com BF	-0,015	0,023	-0,015	0,028
% famílias elegíveis	0,029	0,00	0,028	0,006
% jovens na PEA	0,013	0,64	0,011	0,68
% jovens ocupados	0,001	0,96	0,003	0,91
Tx de cobertura creches	0,003	0,696	0,002	0,713
Tx de cobertura pré-escola	-0,008	0,06	-0,007	0,07
Constante	0,081	0,00	0,081	0,00
R ²	0,349		0,3406	
Número de obs.	137			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

Um coeficiente de -0,015 representa que o aumento em 1 p.p da incidência do benefício está associado a uma redução de 1,5 p.p do efeito da maternidade sobre a frequência escolar. Conforme relatado na seção 1.3.2 o sinal negativo indica que a maior incidência do bolsa família está associada a um aumento da frequência escolar das jovens mães relativamente menor do que o aumento para as jovens não mães.

Posto isso, a participação nesse Programa, que trabalha com a abordagem da dupla responsabilização, do Estado e da família, para a garantia do direitos sociais básicos a crianças e adolescentes, não parece impedir a interrupção dos estudos para jovens que se tornam mães. Muito provavelmente para que efeitos mitigadores sobre a interrupção da trajetória escolar sejam observados, outras políticas públicas deveriam estar conjugadas. O acesso a creches e pré-escolas, bem como políticas educacionais mais inclusivas e que assegurem a permanência da jovem mãe nas atividades escolares mostram-se aliados fundamentais para o sucesso do PBF nesse aspecto. Outrossim, destaca-se que, em Simões (2013), o autor não identifica muita influência do Programa em favorecer a conciliação da maternidade com estudo e/ou trabalho, para mães adolescentes que não tenham a oferta de serviços de creches.

Este capítulo se propôs a identificar o efeito do benefício do Bolsa Família sobre as decisões escolar e de mercado de trabalho das jovens de 12 a 19 anos. Corroborando as evidências apontadas na literatura sobre o evento, os resultados demonstram um efeito negativo da maternidade sobre as decisões de estudo e trabalho. Mais intensos para a trajetória escolar de curto prazo, os efeitos não foram amenizados pela presença do PBF.

Em relação ao mercado de trabalho, o efeito da maternidade sobre essa decisão foi pequeno e irrelevante para ser discutido em termos da influência do Programa. O capítulo

seguinte muda o tipo de abordagem sobre o tema, mas investiga fatores que modelam tais escolhas na perspectiva de jovens beneficiadas.

Capítulo 2 - As subjetividades da maternidade na adolescência

Este capítulo tem como objetivo conhecer questões mais subjetivas associadas à maternidade na adolescência num contexto de jovem beneficiária pelo Programa Bolsa Família. Estreitamente relacionada à primeira parte da pesquisa, a abordagem quantitativa, esta segunda parte busca trazer novos conteúdos, não acessados por números e regressões, para a análise desse evento. Descrever o contexto em que ocorre a gravidez; conhecer os projetos em relação às escolhas escolar e profissional; identificar as mudanças ocorridas na trajetória de vida das jovens; captar as especificidades da saúde sexual e reprodutiva, bem como das relações sociais; levantar quais são suas dependências sociais e quais são as políticas públicas acessadas; e, principalmente, analisar como o PBF é percebido pela adolescente foram uns dos principais interesses dessa abordagem qualitativa.

O capítulo inicia-se com a apresentação da revisão da literatura, com presença marcante de estudos sob a ótica sócio-antropológica que também estudam o tema analisando as narrativas das adolescentes. Seguindo a revisão da literatura, estão as seções sobre métodos e materiais adotados nessa pesquisa, os resultados e as discussões e, encerrando, as principais conclusões.

2.1 Revisão da literatura

Motivado pela discussão das autoras Fontoura e Pinheiro (2009) sobre a desconstrução de preconceitos e estereótipos em torno da gravidez na adolescência, o levantamento bibliográfico dessa seção busca identificar estudos que também exploram aspectos subjetivos da maternidade na adolescência. A perspectiva antropológica utilizada para estudar o assunto foi privilegiada nessa seção, embora não se menospreze a contribuição de pesquisas na área da saúde e da psicologia para o entendimento do evento.

Conforme afirmam os estudos sociais, a sexualidade humana é uma construção social e histórica que se dá segundo padrões e injunções sociais, culturais e políticas. A comum associação da gravidez na adolescência a fatores tais como vulnerabilidade social, falta de planejamento, falta de informação apropriada e de acesso a contraceptivos, baixo nível de educação e pior condição socioeconômica, gera inquietações em torno do evento. Heilborn (2005) considera que parte da reprovação social da gravidez na adolescência deve-se a uma mudança no entendimento social sobre a juventude, dado que atualmente há uma expectativa de prolongamento do tempo de estudo, do retardamento do início da vida reprodutiva e uma

aceitação maior do exercício da sexualidade na adolescência. A mesma reflexão é feita em Fontoura e Pinheiro (2009), que apontam a modernização da sociedade brasileira, com a crescente urbanização, maior disponibilidade de métodos contraceptivos, expansão da escolaridade e novos valores culturais como uma explicação para as alterações nas expectativas depositadas pela sociedade sobre os jovens. Compara-se que durante muitas épocas, os casamentos ocorriam mais cedo e as jovens tornavam-se mães na adolescência sem que houvesse tal problematização.

Dentro da perspectiva social, Heilborn et. al (2002) discutem os dados qualitativos da pesquisa “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” (Pesquisa GRAVAD), realizada em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Essa pesquisa tem extrema relevância para o tema, pois além de compreender o evento no âmbito dos processos individuais e sociais, considerando as relações de gênero e as relações inter-geracionais, ela pôde ser explorada por diversos autores ao longo dos anos.

A GRAVAD foi iniciada em 1998 e consistiu em um estudo socioantropológico na área de saúde coletiva com vistas à compreensão do fenômeno da gravidez na adolescência sob a luz das distinções de classe, abordando questões sobre gênero, sexualidade e reprodução. Considerou-se uma amostra qualitativa, intencionalmente não aleatória, mas sociologicamente elucidativa acerca da vida sexual e reprodutiva dos diferentes perfis juvenis, buscando contextualizar, relativizar e ressaltar a heterogenidade de experiências desse evento. Foram entrevistados 4.643 indivíduos de ambos os sexos, entre 18 e 24 anos, pertencentes a diferentes estratos sociais e tendo ou não experiência de parentalidade. Tal faixa etária justificou-se para que fosse possível avaliar eventuais consequências da gravidez e da parentalidade na adolescência. A pesquisa considerou os seguintes tópicos: história familiar e socialização para a sexualidade, primeiro namoro, as experiências de ficar, iniciação sexual, relacionamentos afetivos e suas rupturas, moralidade sexual, práticas e repertório sexuais com parceiro do sexo oposto ou do mesmo sexo, ocorrência ou não de gravidez e/ou aborto, e vivência da maternidade e paternidade.

A desnaturalização do problema da gravidez na adolescência é um dos debates trazidos por Heilborn (1998), mesmo antes do encerramento da pesquisa GRAVAD. Sob a perspectiva antropológica, a autora busca relativizar esse fenômeno, considerando questões mais abrangentes envolvidas nessa experiência. Reflexões iniciais apontam que o evento pode significar um projeto de negociação para a adolescente, bem sucedido ou não, que a permitiria realizar a transição para um outro status, seja conjugal, seja o de maioria social. A ideia é que essa hipótese contempla uma possível aquisição de autonomia pessoal no domicílio parental

ou novos arranjos residenciais. A maternidade pode ser, ainda, uma experiência corporal significativa que permite às jovens testarem a dimensão reprodutiva de sua identidade feminina, segundo a autora.

Sobre o perfil das adolescentes entrevistadas na pesquisa GRAVAD, as inferências mostram que na maioria das vezes a jovem já saiu da escola antes da gravidez ocorrer e, geralmente, fica grávida do seu primeiro parceiro, que tem cerca de cinco anos a mais do que ela. Em geral, o bebê é muito bem recebido pelas famílias dos jovens, e o casal tende a se manter junto, ainda que não por muito tempo (HEILBORN, 2005). A pesquisa ainda atesta a associação entre a maior precocidade reprodutiva e os menores níveis de escolaridade e de renda, para os dois sexos. Identifica-se que tais grupos conferem certa positividade ao projeto de constituir família, assim, tornar-se mãe ou pai funciona como estratégia de reconhecimento social e de passagem para a vida adulta, conforme inferências da pesquisa. Comparativamente à meta de formar uma família, o investimento na trajetória educacional e profissional pode aparecer em segundo plano tanto para homens quanto para mulheres desse grupo social.

No que tange aos diferentes impactos por gênero, os resultados da pesquisa permitem inferir que a paternidade na adolescência não constitui experiência significativa para modelar e elucidar os percursos educacionais e profissionais dos sujeitos de classes média e populares. Segundo Heilborn et. al (2002), o impacto dos constrangimentos de gênero e de classe social são mais significativos sobre as trajetórias escolar e laborativa dos jovens do que a paternidade na adolescência. O mesmo não ocorre para a maternidade adolescente. Independente da classe social, a maternidade afeta as carreiras escolar e profissional, a ponto de subordinar os constrangimentos e especificidades de classes para as jovens mães. Observa-se que tal evento não apressa o ingresso das jovens no mercado de trabalho, tornando-as mais dependentes de parceiros e familiares pelo menos no curto prazo (HEILBORN et. al, 2002).

A pesquisa identifica que há pouco debate aberto e promovedor de reflexão sobre a sexualidade. No ambiente social faltam diálogos sem hipocrisia e sem as tentativas de intromissão das igrejas sobre o seu conteúdo. Nas escolas o tema da contracepção e da educação sexual ainda não é prioridade, o que para Heilborn (2005) seria um meio importante de prevenir a gravidez na adolescência.

Entrando nas relações desiguais de gênero e, por vezes, violentas, diversos autores e autoras se debruçaram a analisar como a autonomia afeta a experiência da sexualidade de mulheres jovens de diferentes classes sociais. Nessa perspectiva, Lobato (2007) analisa a relação do grau de autonomia da mulher jovem em diferentes esferas da vida com seu comportamento sexual e reprodutivo entrevistando mais de 350 jovens, entre 15 e 24 anos de

idade, residentes na favela Taquaril, em Belo Horizonte. Destaca-se que a falta de conhecimento sobre os contraceptivos não aparece como um problema para a ocorrência de gravidezes indesejadas²⁴. Fatores como escolaridade, estado conjugal, renda e trabalho aparecem na pesquisa diretamente ligados à prevalência da gravidez na adolescência e pelo uso ou não do preservativo nas primeiras e últimas relações sexuais. No entanto, quando indicadores do grau de autonomia são investigados (tais como a mobilidade e o acesso a recursos sociais), esses mostraram impacto ainda maior do que renda e educação sobre o uso do preservativo na primeira relação sexual. A violência doméstica é um fator preocupante no estudo sobre esse evento. Na pesquisa com jovens de baixa renda, Lobato (2007) encontrou alto índice de violência doméstica no bairro e uma estreita relação da violência física com o baixo uso de preservativos. A autora aponta que a vulnerabilidade na área da sexualidade que atinge esse grupo é reflexo da desigualdade de gênero que atua de modo simultâneo em diferentes dimensões da vida dessas jovens, especialmente no contexto das relações conjugais, impactando no grau de autonomia da mulher sobre suas escolhas individuais.

Chacham et. al (2012) também relacionam a autonomia ao evento da gravidez na adolescência. Os autores encontram uma associação da violência de gênero com esse evento mesmo quando controlada pela classe social da jovem, embora tal relação seja mais intensa em jovens de baixa renda. Diversos estudos trazidos pelos autores destacam que a ausência de autonomia no âmbito da sexualidade pode ser considerada um risco para a saúde sexual e reprodutiva da mulher. Geralmente, tal ausência caracteriza-se pela dificuldade de jovens negociarem tanto a frequência da relação sexual quanto o uso de métodos de prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Os resultados apontam que essa é uma condição mais comum no contexto de privação econômica e dependência financeira, o que intensifica a vulnerabilidade dessas mulheres. A pesquisa foi realizada com adolescentes entre 15 e 24 anos do sexo feminino e residentes em Belo Horizonte, Minas Gerais, e discutiu o impacto da desigualdade de gênero e da desigualdade de classe social na saúde sexual e reprodutiva das jovens. Os autores alertam quanto à necessidade de não estigmatizar a gravidez na adolescência como um evento responsável pela perpetuação da pobreza. Ao contrário, assim como os trabalhos já citados, eles motivam o reconhecimento de outros fatores presentes nas relações sociais que agravam e realimentam as vulnerabilidades sociais. Uma menor autonomia da mulher reduz as chances de ela evitar uma gravidez não programada, independentemente de classe social, segundo o estudo.

²⁴ Heilborn (2005) também faz a mesma inferência, a partir da pesquisa GRAVAD.

Pantoja (2003) também busca uma compreensão dos significados socioculturais do evento, realizando uma pesquisa etnográfica com estudantes de 13 a 18 anos em Belém do Pará. Confirmando outros achados, a maternidade apareceu como um projeto de vida para grande parte das jovens, uma espécie de passaporte para a vida adulta e para ser reconhecida pela família e pelos colegas. Contrariando algumas inferências de estudos quantitativos, a opção pela continuidade dos estudos, como projeto de mobilidade social, assume papel de destaque, uma vez que nas narrativas a maternidade aparece como um reforço ao projeto de ascensão social, a fim de garantir um futuro melhor aos filhos. Em relação ao envolvimento do casal, o estudo sugere que a valorização da gravidez e da maternidade tem estreita ligação com o contexto afetivo em que ocorre e, sobretudo, com a maior ou menor presença de um parceiro na paternidade. Assim, quando ocorre num contexto de namoro firme, com maior compromisso e responsabilidade, o evento tende a ser visto de forma mais positiva.

Também na abordagem etnográfica, Cabral (2003) entrevista quinze jovens que foram pais no período da adolescência, com idade entre 18 e 24 anos e moradores de uma comunidade de favela no Rio de Janeiro. Incluindo a perspectiva masculina para analisar a gravidez na adolescência, a autora salienta que o entendimento da paternidade é fundamental para abordar a questão do uso e desuso de contraceptivos e da transição do rapaz para a vida adulta. A paternidade na adolescência entre jovens das camadas populares, em particular, impõe a redefinição social em termos de responsabilidade, seriedade e maturidade desses jovens perante seus pares e familiares. Tais comportamentos também afetam as trajetórias das jovens com a maternidade e, portanto, precisam ser contemplados no estudo do fenômeno.

Com um olhar geral sobre o tema, Dias e Teixeira (2010) fazem uma apreciação crítico-reflexiva de uma revisão seletiva e não sistemática da literatura sobre o fenômeno da gestação na adolescência. Diversos estudos foram categorizados em tópicos sobre o evento, possibilitando aos autores realizar uma síntese das discussões centrais sobre a maternidade na adolescência. De fato, o fenômeno é heterogêneo e influenciado pelo contexto social em que a adolescente vive. Ele pode ser uma alternativa viável para os jovens lidarem com uma série de problemas e situações desfavoráveis presentes em seu contexto sócio afetivo e, por estar sujeita a diversos contornos, a maternidade nesse período não pode se resumir a impactos meramente negativos quanto à perspectiva de vida. Conforme já mencionado em outros estudos a maternidade é tida como uma via de acesso a um novo padrão de identidade e de reconhecimento, frente à dificuldade em vislumbrar planos alternativos.

Posto isso, o presente estudo pretende levar tais reflexões à análise da maternidade adolescente no contexto do Bolsa Família. Longe de tentar esgotar as subjetividades envolvidas

nessa análise, a investigação se propõe a levantar pontos importantes para motivar outras pesquisas no âmbito dos efeitos intergeracionais do Programa, além de explorar as decisões das jovens beneficiadas pelo Programa com a maternidade. A estratégia de investigação e a caracterização da amostra da pesquisa serão descritos a seguir com a apresentação dos tópicos abordados no roteiro de entrevistas.

2.2 Material e métodos

Este estudo utiliza a análise de narrativa como uma estratégia analítica, pois essa tem foco na experiência individual e nas percepções do indivíduo sobre certa experiência. Para coletar as narrativas foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com oito jovens, com idade entre 12 e 19 anos, moradoras de regiões de baixa renda no Distrito Federal. Este recorte etário não tem o intuito de captar os desdobramentos de longo prazo de uma gravidez ocorrida durante o período da adolescência, mas sim de identificar os fatores que implicam nas escolhas de curto prazo das adolescentes mães. As jovens entrevistadas são de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ativas ou não no recebimento do benefício²⁵.

O acesso ao grupo entrevistado foi por meio da amostragem não probabilística, “em bola de neve (snowball sampling)”²⁶. Não representativa, a amostragem por “bola de neve” é comumente utilizada em populações de difícil acesso. Por envolver uma rede de contatos, iniciada a partir da identificação de uma pessoa de referência, com as sucessivas indicações de outros sujeitos para integrar a amostra, esta vai sendo formada de modo não controlável e não aleatório, podendo envolver indicações lineares ou não (VINUTO, 2015).

Inicialmente foram identificadas jovens de referência em cada uma das cidades-satélites escolhidas para o estudo. Grande parte desses primeiros contatos foi obtida por meio de projetos sociais voltados a adolescentes na região. Assim, depois de identificadas as referências, as chamadas *sementes*, em cada um dos territórios, uma rede de outras jovens com potencial para compor a amostra foi formado. É importante destacar que a maioria das jovens não tinha um contato muito próximo com a sua indicação, ou seja, a indicação não fazia parte

²⁵ Algumas jovens entrevistadas estavam com o benefício do Bolsa Família suspenso havia cerca de 6 meses por falta de atualização cadastral ou interrupção do estudo pela adolescente, de acordo com o responsável.

²⁶ Inicialmente, procedeu-se à solicitação dos dados sobre as adolescentes de interesse junto ao Cadastro Único. Todavia, a solicitação foi indeferida sob o argumento de que a demanda infringe o respeito à intimidade e à privacidade das famílias inscritas no Cadastro Único, conforme disposto no parágrafo único do art. 1º da Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012.

do círculo estreito de amizade, geralmente a indicação era apontada como uma vizinha ou uma conhecida de projeto social²⁷.

As Regiões Administrativas exploradas possuem características bem semelhantes. De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios feita pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – PDAD 2015/Codeplan –, as regiões de Samambaia e Ceilândia estão no mesmo grupo de renda, média-baixa renda domiciliar, enquanto que Varjão e Estrutural são do grupo de baixa renda domiciliar²⁸. A tabela a seguir sintetiza o perfil das regiões exploradas.

Tabela 10 - Características das Regiões Administrativas analisadas

Ras	Renda domiciliar p.c (SM)	% da pop. com nível superior	População com trabalho remunerado	População Total	Frequência escolar na faixa etária de 15 a 17 anos (%)
Samambaia	1,16	6,68	112.011	258.457	91,06
Ceilândia	1,16	6,01	189.329	479.713	92,49
Varjão	0,8	2,55	3.772	8.453	87,94
Estrutural	0,66	1,53	15.819	38.429	87,74
DF	2,1	18,74	1.254.842	2.906.574	91,54

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF-2015

Destarte, o cenário em que se inserem as adolescentes é marcado por baixa renda e baixa escolaridade, embora haja uma taxa de frequência escolar na faixa etária de 15 a 17 anos relativamente alta nessas localidades.

Questões éticas foram contempladas na realização das entrevistas. As informantes necessitaram legalmente de autorização parental para participação do estudo. Assim, foram assinados pelos responsáveis termos de consentimento²⁹ e as entrevistas foram feitas entre a pesquisadora e a entrevistada, sem a presença de familiares, com a finalidade de evitar possíveis constrangimentos. Todos os relatos foram gravados e transcritos, mantendo-se o anonimato das entrevistas.

Antes da discussão sobre os relatos coletados, breve perfil das adolescentes entrevistadas é apresentado no quadro a seguir, a fim de situar espacial e socialmente a amostra construída pelo método de amostragem escolhido.

²⁷ O processo de busca pelas jovens a serem entrevistadas iniciou-se em outubro de 2016 e encerrou-se em janeiro de 2018, com vários períodos de interrupção.

²⁸ Média-Baixa Renda Domiciliar corresponde a rendas entre R\$ 5.000,00 e R\$ 2.500,00, enquanto que Baixa Renda Domiciliar são rendas abaixo de R\$ 2.500,00.

²⁹ O modelo utilizado de termo de consentimento encontra-se no apêndice deste trabalho.

Quadro 5 - Quadro descritivo das informantes

Quantidade de entrevistadas por RA	Samambaia: 3 Ceilândia: 1 Varjão: 3 Estrutural:1
Idade média das entrevistadas	17 anos
Número de filhos	1 filho: 6 2 filhos: 1 Grávida (9 meses):1
Média de anos de escolaridade	9 anos
Religião	Evangélicas: 3 Católicas: 3 Sem religião:2
Status conjugal	Solteiras: 4 Namorando:2 União estável:2
Composição familiar (excluindo a adolescente)	Mãe e irmãs(os) e filho(a): 2 Responsáveis e filho(a): 1 Responsáveis, irmãs(os) e filho(a): 3 Mãe, companheiro, irmãos e filho(a): 2

Quanto aos obstáculos da pesquisa, o maior foi a identificação das adolescentes com o perfil desejado. Na sequência, destaca-se a dificuldade em conciliar um horário em que responsáveis e a adolescentes estivessem em casa durante o dia. Em todos os contatos, a pesquisadora estava na presença de pelo menos um(a) responsável legal e foi recebida no ambiente doméstico da entrevistada, o que permitiu melhor conhecer as especificidades familiares. Em geral, família e entrevistada reagiram com simpatia e disposição à entrevista, deixando escapar certo interesse pelo tema. Em alguns casos, foi necessário explicar que a investigação não estava vinculada aos registros administrativos do Programa e que não resultaria em nenhum efeito em relação ao benefício recebido.

Finalmente, adentrando à seção de resultados, destaca-se que o roteiro de entrevista semiestruturada utilizado, constante nos apêndices, dividiu-se nos seguintes blocos: identificação da entrevistada e da estrutura familiar; educação; trabalho; saúde sexual e

reprodutiva; a gravidez e as relações sociais; políticas públicas e, por fim, a maternidade e as expectativas.

2.3 Resultados e Discussão

Atendendo aos pressupostos necessários a uma análise de narrativas, as seções a seguir apresentam os principais achados nas falas das adolescentes entrevistadas nos anos de 2017 e 2018, residentes no Distrito Federal e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ademais, destaca-se que os nomes das participantes apresentados a seguir são fictícios para garantir o sigilo e o anonimato de suas participações, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelas entrevistadas.

A maternidade e a escola

A investigação das escolhas das jovens em relação à continuidade nos estudos foi um dos principais focos dessa pesquisa. Desenhado para uma classe social que apresenta percursos escolares curtos, repletos de interrupções e reprovações, quando não inexistentes, o Bolsa Família busca romper o ciclo de pobreza da geração anterior, incentivando o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes, até a conclusão da educação básica. Nessa perspectiva, as decisões escolares das adolescentes mães do Programa ganham importância, uma vez que o evento da maternidade nesse período pode ocasionar o insucesso na trajetória escolar da adolescente e acarretar no descumprimento da condicionalidade, acabando por reproduzir o ciclo de pobreza da geração anterior.

Destaca-se que todas as adolescentes entrevistadas estavam estudando antes da gravidez. No entanto, o incentivo ao estudo dado pela condicionalidade do Programa não impediu sua interrupção e, conseqüentemente, suspensão do benefício relativo à jovem, em muitos dos casos analisados. Observou-se que a decisão por interromper os estudos aconteceu, geralmente, do meio para o final da gravidez, quando a gestação começou a trazer alguns incômodos e desconfortos. Pela amostra entrevistada, em nenhum caso foi possível observar o retorno aos estudos com menos de dois anos do nascimento da criança. Esse é um achado importante à discussão deste trabalho e vai ao encontro das evidências encontradas no primeiro capítulo, onde a maternidade, mesmo no contexto de jovens do PBF, interfere de forma negativa sobre a frequência escolar das adolescentes. Importa destacar que nas duas abordagens, qualitativa e quantitativa, as análises consideram o efeito de curto-prazo, uma vez que as adolescentes analisadas têm no máximo 19 anos de idade. Ademais, diversos estudos na

literatura identificam uma relação direta entre a idade do filho e as chances da mãe adolescente estar frequentando escola, ressaltando a dificuldade em conciliar a demanda por cuidados nos anos iniciais da vida da criança com outras atividades intensivas em tempo.

Em nenhum dos casos foi relatado que a vergonha da gravidez ocasionou a interrupção dos estudos. A avaliação foi basicamente positiva em relação ao tratamento dado pelas escolas às adolescentes que engravidam. Os relatos, em geral, refletem certo acolhimento da jovem durante a gestação, como: *“tem pessoas na escola que ajudam, outras não... elas fazem um chá de fralda na aula, conversam comigo para me ajudar. Ajudam nas tarefas da escola, me passando tarefa para casa ou me ajudando a passar de ano. Me dão lanche também”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“(A escola) me trata bem, bastante bem. Quando eu tava grávida eu ia com o barrigão e eles me tratavam bem. Eles (os professores) passavam tarefa para casa”* (Michele, 17 anos, Samambaia).

Como já apontado pelas análises da GRAVAD³⁰, nas classes de renda mais baixas há uma ausência de sequencialidade entre as trajetórias escolar e laborativa, mesmo na ausência da gravidez na adolescência. Diferentemente dos jovens pais, a evasão escolar nas jovens mães não apresentou tendência a ser definitiva no referido estudo. Na presente pesquisa, ao serem questionadas quanto aos planos em relação aos estudos, todas as entrevistadas relataram a intenção em retornar aos estudos no curto prazo ou em dar continuidade a esses após o ensino médio: *“Pretendo terminar (o ensino médio) agora e fazer faculdade de pedagogia”* (Nara, 19 anos, Varjão); *“Quero voltar a estudar ano que vem”* (Marta, 19 anos, Ceilândia); *“Quero terminar logo. Ano que vem já volto a estudar a noite. Depois do ensino médio quero fazer engenharia civil”* (Michele, 17 anos, Samambaia) *“Quero terminar, né? Porque só com a sétima série não dá para conseguir nada de emprego. Pretendo estudar para trabalhar e pagar uma faculdade boa”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia). Relevantes para a discussão central desta pesquisa, tais relatos se apresentam relativamente contrários a outros coletados em pesquisas semelhantes, mas com amostras mais amplas, como em Chamcham et al. (2012). Nessa, as autoras apontam que, em relação ao futuro, as adolescentes mães indicam como preponderantes projetos que envolvem sua inserção no mercado de trabalho (mesmo que de modo precário), relativamente aos que envolvem a construção de uma carreira ou a progressão nos estudos.

³⁰ Em Heilborn et al., 2002.

Outrossim, observou-se que a interrupção dos estudos e consequente suspensão do benefício tende a deixar a entrevistada preocupada com o peso financeiro que a presença do filho ou da filha esteja causando no orçamento da família. Para aquelas com o benefício suspenso, pode-se inferir que boa parte da vontade de voltar à escola estava relacionada ao retorno do benefício, já que elas tinham a consciência de que teriam dificuldade de auxiliar financeiramente sua família no curto prazo. Embora em todos os casos tenha sido apresentada a vontade de incluir a criança entre os beneficiários do Programa, em apenas um foi observado sucesso. Nos demais, não havia sido dada entrada na solicitação ou o quadro familiar ainda estava sob análise pelo programa.

Assim como apresentado em outras pesquisas sobre o tema, as diferenças de gênero e a autonomia da adolescente afetam sua trajetória escolar e profissional, para além da experiência da maternidade. No seguinte relato: *“Eu pretendo voltar a estudar no ano que vem. Se o pai dele deixar também, porque ele prefere que eu fique em casa cuidando do bebê. Não quer que eu deixe o menino sozinho. Mas eu vou voltar mesmo assim, já disse para ele”* (Maria, 18 anos, Varjão), fica explícita a influência negativa do cônjuge à formação escolar da jovem mãe. Embora não fosse objeto de análise nessa pesquisa, tal narrativa suscitou que essa questão fosse observada em entrevistas subsequentes, possibilitando inferir, a partir do quadro familiar, que a união conjugal, mesmo se dando dentro da casa dos pais dos adolescentes, tem influência negativa na trajetória escolar da mãe adolescente, no curto prazo.

A despeito da relação negativa observada, não se pode perder nesta discussão as marcas persistentes da divisão sexual do trabalho em diversas falas. Quando não explícita como na destacada, subentendem-se, nos relatos que se seguem, as tradicionais convenções de gênero a partir da vinculação das tarefas domésticas, do cuidado com os filhos e das funções reprodutivas apenas às mulheres. Já na adolescência, sob a dificuldade de compartilhar responsabilidades com seus parceiros, essas meninas deparam-se com tais tipos de opressão que tendem a naturalizar-se ao longo de suas vidas dificultando sua ascensão econômica.

A maternidade e a experiência laborativa

As experiências de trabalho mostram-se quase inexistentes. Grande parte das entrevistadas nunca trabalhou; as que já tinham a experiência haviam trabalhado no emprego doméstico ou no comércio (cantina ou loja). Houve apenas um caso de experiência no programa de jovem aprendiz, e os relatos não refletem que o estágio seja muito pleiteado por elas.

Importa destacar que a ocupação profissional não se revela em primeiro plano nos projetos de curto prazo. Em apenas um caso foi destacada a vontade em conciliar o estudo com o trabalho, para os demais, terminar os estudos (ensino médio, técnico ou faculdade) foi prioridade: *“Agora eu vou esperar um pouquinho até arrumar um trabalho. Vou cuidar da neném”*(Marta, 19 anos, Ceilândia); *“Eu espero fazer um curso técnico para eu poder me especializar em alguma área, para dar continuidade aos meus estudos. Trabalho mesmo eu quero deixar mais pra frente”*(Paula, 17 anos, Samambaia); *“Agora não busco nenhum específico. Tô encarando o que aparecer de trabalho, só para conseguir pagar minha faculdade e cuidar dele (o filho). Depois que ele tiver uns 2 anos (o segundo filho que ela está esperando) eu vou começar a buscar um emprego”*(Nara, 19 anos, Varjão); *“Não tenho nenhum plano (de trabalho). Não busco nada, mas eu queria. Queria trabalhar e estudar por agora”* (Michele, 17 anos, Samambaia); *“Terminar os estudos e fazer faculdade de direito para poder ser delegada”* (Eduarda, 17 anos, Varjão). Na análise sócio antropológica sobre a mesma faixa etária vivenciando o mesmo evento, Pantoja (2003) também destaca a preferência pela continuidade dos estudos e o desejo de ingressar na faculdade a fim de conseguir uma profissão mais qualificada do que a dos pais.

Observou-se que o apoio familiar recebido pelas jovens dá a elas uma maior “tranquilidade” para colocar a conclusão dos estudos em primeiro plano. Quando o cuidado com o filho não recai inteiramente sobre a jovem, esse é assumido, em geral, por outra mulher na família, mãe, sogra, irmãs ou cunhadas. Novamente, marca-se a responsabilização feminina pelo cuidado dos filhos e familiares naturalizada em alguns quadros familiares. Destarte, infere-se que o benefício do PBF, aliado à ajuda dos familiares com os cuidados com o bebê, tendem a favorecer o retorno das adolescentes mães na escola. Além de ser um argumento parte da reflexão central deste trabalho, esse também dialoga com os resultados do capítulo anterior, onde a maternidade apresenta efeitos desfavoráveis ao ingresso da adolescente no mercado de trabalho, no curto prazo.

A presença de filhos e a baixa escolaridade aparecem como os principais empecilhos para se conseguir um emprego na atual circunstância. Para as jovens, por serem mães, elas estão sujeitas tanto à discriminação pelo empregador quanto às dificuldades de conciliar cuidados com o filho e trabalho. Foram recorrentes as percepções como: *“Eu vejo que as pessoas que têm filho são menos privilegiadas. Outras pessoas (os empregadores) pensam que a pessoa que tem filho (empregado) não vai se desempenhar bem no trabalho, que a criança vai atrapalhar”* (Estela, 19 anos, Estrutural); *“Eu acredito que o fato de eu ter um filho dificulta, porque eles perguntam se tem filho e filho adoecer, tem reunião de escola, essas coisas”*

(Paula, 17 anos, Samambaia); *“As dificuldades (para conseguir emprego) são a minha escolaridade e a minha filha, porque não tem quem ficar com ela”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“(A dificuldade) é em relação à escolaridade né. Eles pedem mais tempo de estudo. Antes de engravidar eu não conseguia porque não tinha o segundo grau completo”* (Nara, 19 anos, Varjão).

Cabe aqui pontuar que as creches públicas, entendidas como uma estratégia de cuidado infantil enquanto os pais trabalham ou estudam, não são muito acessadas por esse grupo. A minoria relatou ter buscado o serviço de creches para o(a) filho(a). A ausência de um trabalho e a interrupção dos estudos motivava a preferência por ficar em casa cuidando do filho, que em geral estava com menos de 2 anos de idade, no público entrevistado. Notou-se que há o interesse pela busca ao serviço mais a frente, apesar de já ser de conhecimento, por experiências familiares, a dificuldade de conseguir vagas em creches próximas: *“Nunca procurei (vaga em creche para filha). A minha irmã sempre procurou, mas nunca conseguiu. Por falta de vagas”* (Marta, 19 anos, Ceilândia); *“Minha irmã já procurou, mas não achou vaga e quando achou a creche era lá em Sobradinho (muito longe)”* (Maria, 18 anos, Varjão).

Percebe-se que a presença da mãe da jovem ou de outros familiares desempregados em casa dá a elas o conforto de optar pelo cuidado infantil em casa. A incerteza sobre o adequado tratamento que o filho ou a filha receberá na creche também apareceu nos relatos: *“Pretendo colocar ela na creche quando ela tiver quase 3 anos, quando ela estiver já falando, porque se alguém fizer algo com ela, ela pode me falar. Os meus familiares que já buscaram vaga em creches falam que tem poucas vagas e muitas crianças na fila e é muito difícil”* (Paula, 17 anos, Samambaia).

É interessante notar que há uma consciência de que a conclusão dos estudos poderá afastá-las das ocupações mais precarizadas no mercado de trabalho, como trabalho doméstico. Em perguntas que pediam uma reflexão mais a longo prazo sobre o futuro, a maioria se projetou em melhores condições e ocupando posições de maior *status* do que os pais.

Basicamente o futuro para elas consiste em estar trabalhando, de modo a conquistar sua própria casa e oferecer condições melhores de vida para os filhos: *“Me vejo numa vida melhor. Espero que sim. Me vejo com uma faculdade, com um serviço bom que dê para aproveitar mais”* (Michele, 17 anos, Samambaia); *“Me vejo uma pessoa formada trabalhando na área que eu quero. Pretendo ter outro filho. Pretendo ter minha casa, minhas coisas. Pretendo estar casada com a mesma pessoa. Acho que só espero o melhor, né”* (Marta, 19 anos, Ceilândia); *“Ah, se Deus quiser com uma casa, com um carro e rica! Me vejo trabalhando, né”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“Me vejo com estudo e trabalhando lá pra frente como*

delegada” (Eduarda, 17 anos, Varjão); *“Trabalhando para eu poder dar o que ela (a filha) precisar, não deixar faltar nada para ela e para a gente ter o nosso cantinho”*(Paula, 17 anos, Samambaia); *“Não me vejo morando aqui. Já vou ter minhas coisas”* (Maria, 18 anos, Varjão); *“Eu me vejo trabalhando, tendo minhas coisas e meu lugarzinho”* (Nara, 19 anos, Varjão). Maior autonomia e liberdade na vida adulta aparecem como os desejos dessas jovens.

Notou-se pela reação das entrevistadas à pergunta sobre como elas se esperam ver no futuro (horizonte de 10 anos), certo ineditismo na reflexão. Próprio do período da adolescência, as ideias sobre o futuro pareceram surgir no momento da entrevista, dando certa superficialidade aos detalhes da projeção de vida. Ao final da entrevista, quando solicitadas a avaliar as perguntas, grande parte apontou essa questão como a mais difícil de responder.

Saúde sexual e reprodutiva

O início da atividade sexual deu-se por volta dos 14-16 anos de idade em um contexto de relacionamento estável e com rapazes aproximadamente 5 anos mais velhos do que elas, em geral, de modo semelhante aos resultados da GRAVAD. A primeira maternidade ocorreu no segundo relacionamento afetivo, para a maioria, e não foram comuns relatos de várias experiências sexuais. *“minha primeira relação sexual foi com 15 anos, com o pai da minha filha”* (Paula, 17 anos, Samambaia). *“Eu namorava com um menino já há uns 4 anos. Se eu não me engano eu tava com 13-14 anos. Aí, eu terminei com esse menino e comecei a namorar o pai desse meu filho agora, acho que tinha 15 anos”* (Maria, 18 anos, Varjão); *“Foi com 14 anos com o pai da minha filha (ele tinha 19 anos)”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“Foi com o namorado mesmo (pai do meu primeiro filho). Eu tava com 14 anos”* (Nara, 19 anos, Varjão). Dialogando com outras pesquisas, esses relatos indicam que, em relacionamentos mais estáveis, quando não desejada, a gravidez não é muito evitada pelos adolescentes, marcando a falta de prevenção.

O método contraceptivo mais utilizado é o preservativo masculino, mesmo antes da gravidez. O anticoncepcional (pílula ou injeção) era também combinado com o preservativo masculino pelas entrevistadas antes da primeira gravidez, mas torna-se mais usado após a gravidez.

Dias e Teixeira (2010), na revisão dos estudos sobre a gravidez na adolescência, pontuam que a ausência de anticoncepcionais não é resultado da falta de informação sobre a necessidade de se utilizar métodos contraceptivos, mas sim da insuficiência desse tipo de

conhecimento para uma efetiva implementação³¹. Das narrativas nota-se que elas tinham acesso aos métodos e um mínimo de informação sobre a forma de uso obtida na escola, na internet e nas conversas com familiares. Todavia, observa-se que foi a maior frequência aos postos de saúde, em decorrência do pré-natal e das consultas pediátricas, que realmente fez a diferença na saúde reprodutiva, ao melhor qualificar as informações sobre tais métodos: *“Sim, eu tinha acesso (aos métodos), mas a injeção que eu tomava era na farmácia, era paga. Naquela época (antes da gravidez), eu não conhecia muita informação. Hoje (com a maternidade), conheço mais ou menos. Mas estou mais informada do que antes da gravidez. Lá no hospital elas me explicaram bastante coisa”* (Maria, 18 anos, Varjão); *“Tinha acesso e ainda tenho na rede. Naquela época eu tinha informação sobre o assunto através da escola, palestras, na universidade. Hoje me sinto mais informada do que antes, com certeza. Depois que comecei a fazer o pré-natal, recebi várias informações sobre isso no posto de saúde”* (Estela, 19 anos, Estrutural); *“Tinha acesso sim, antes e agora. Antes eu não tinha informação sobre o anticoncepcional, agora eu tenho um pouco mais de informação. O médico do posto explica muito, quando eu vou pegar o remédio. Na escola obtive muita pouca informação sobre isso”* (Paula, 17 anos, Samambaia).

Quanto às fontes de informação sobre sexo, fora o posto de saúde, ganham destaque a internet e as figuras femininas mais próximas, como mãe, irmãs e tias. Assim como apontado na pesquisa GRAVAD, a escola não aparece como primeira fonte das informações sobre sexo. Destaca-se que, em três casos, a conversa sobre o assunto é mais frequente com o parceiro: *“Às vezes eu olho na internet e as vezes converso com o pai dele (do filho) mesmo”* (Maria, 18 anos, Varjão); *“Converso com meu marido mesmo”* (Michele, 17 anos, Samambaia); *“Não converso com ninguém. Com meu namorado às vezes sim. Nunca busquei essa informação no posto de saúde. Busco mais informação na internet”* (Marta, 19 anos, Ceilândia); *“Converso mais com minha mãe e as médicas do posto de saúde me dão mais informações sobre esse assunto”* (Eduarda, 17 anos, Varjão); *“Não converso, porque eu sou muito tímida, aí eu fico com vergonha, então evito conversar. A internet é a principal fonte de informação sobre sexo. Se eu pesquisar muito, encontro coisas certas, porque tem sites com informações enganosas”* (Paula, 17 anos, Samambaia).

Em relação à decisão de ter uma gravidez, mais da metade declarou não ter planejado engravidar do primeiro filho. “Descuido”, deslize” “arrisquei” e “dei bobeira” foram

³¹ Dias e Teixeira (2010) citam os autores: Gomes, Costa, Sobrinho, Santos, & Bacelar, 2002; Silva, Bomfim, Cardozo, Franco & Marques, 2007; Sousa & Gomes, 2009.

expressões comuns usadas para descrever a falta de planejamento, embora o comportamento sexual pudesse a qualquer momento resultar numa gravidez: *“Não planejei, mas sabia que podia acontecer. Arrisquei, nem eu nem ele usava nada”* (Bruna, 17 anos, Samambaia); *“Foi falta de camisinha mesmo. Não me preveni”* (Michele, 17 anos, Samambaia); *“Foi descuido mesmo. Não usei o preservativo e acabei engravidando”* (Estela, 19 anos, Estrutural); *“Foi uma vez só sem camisinha e aí já engravidei”* (Paula, 17 anos, Samambaia); *“O primeiro filho também planejei mais ou menos. Não usava nada”* (Nara, 19 anos, Varjão).

Percebe-se que nos outros casos, embora seja declarado um planejamento, esse apresenta-se repleto de dúvidas e incertezas, sentimentos que permeiam boa parte das decisões nessa fase da vida: *“Eu parei de tomar o anticoncepcional 3 meses antes de engravidar, aí tentei engravidar nos dois primeiros meses aí não deu. Depois, quando fui voltar a tomar o remédio no terceiro mês, aí fiquei grávida, mas eu não planejava mais ser mãe”* (Marta, 19 anos, Ceilândia); *“Assim, planejei mais ou menos. Eu tinha ciência que eu podia engravidar, mas não queria naquele momento. Não foi no tempo que eu queria. Eu queria quando eu e meu namorado estávamos bem, mais ou menos um mês antes de engravidar, aí depois a gente começou a brigar e eu não quis mais”* (Nara, 19 anos, Varjão).

As primeiras reações à gravidez ratificam as incertezas quanto à decisão de ter um filho. Em quase todas as falas, aparece o sentimento de susto como primeira reação à confirmação da gravidez: *“No começo fiquei assustada, mas depois fui acostumando. Fiquei os 4 primeiros meses assustada, nem contei para minha mãe. Depois que eu contei e comecei a fazer o pré-natal”* (Paula, 17 anos, Samambaia); *“Foi um susto, né! Mas já tinha tomado ciência que isso poderia aparecer uma hora, eu sempre tinha consciência do eu fiz, que eu não me cuidei”* (Estela, 19 anos, Estrutural); *“Fiquei triste, porque eu tava com 14 anos. Depois eu tive que me adaptar, porque era minha filha, né!”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“Fiquei meio tensa. Eu não tava muito bem. Meu namoro não tava bem. Minha mãe também não apoiava. Jogava as coisas na minha cara, ficava brava”* (Nara, 19 anos, Varjão); *“Fiquei assustada e com medo de ninguém aceitar”* (Michele, 17 anos, Samambaia).

Por outro lado, o comportamento dos familiares mais próximos, como pais e irmãos, se mostrou diferente do apresentado pela adolescente. O susto é substituído pela expressão de que o evento já era esperado pelos pais, embora contrário a suas vontades: *“Meus pais não gostaram muito não. Achavam que eu era muito jovem. Minha mãe meio que já sabia que queria engravidar”* (Eduarda, 17 anos, Varjão); *“Ninguém ficou muito, assim, espantado. Não idealizavam nada para mim não”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“Todos disseram que iriam me ajudar. Eles sempre pediam para eu evitar, né. Mas quando aconteceu eles não vieram me*

julgando, até mesmo pelo fato da minha idade (Estela, 19 anos, Estrutural); *“Todo mundo teve a mesma reação. Ninguém falou que esperava algo diferente para mim”* (Paula, 17 anos, Samambaia).

Interessante notar que o comportamento dos pais pode ser reflexo de um evento que é comum dentro da família, principalmente entre as mães das adolescentes entrevistadas. A maternidade na adolescência ocorreu para a grande maioria das mães das jovens, quando não a mãe, as irmãs, as primas e a sogra experimentaram tal evento, que embora não fosse para as entrevistadas elemento motivador para as suas gravidezes, pode ter sido, inconscientemente, um espelhamento da sua trajetória familiar: *“A minha mãe foi mãe na adolescência. A minha irmã mais velha foi mãe com 14 anos, as minhas primas e acho que só. Acho que isso não influencia eu ter sido mãe nessa fase”* (Marta, 19 anos, Ceilândia); *“minha mãe, a maioria das minhas tias e das minhas primas foram mães na adolescência. Eu acho que isso não influencia não. Vai da pessoa querer ou não”* (Estela, 19 anos, Estrutural); *“Só minha irmã foi mãe cedo. Acho que isso não influenciou”* (Maria, 18 anos, Varjão).

Seja uma gravidez programada ou não, as narrativas refletem um desejo, por vezes inconsciente, de a jovem tornar-se mãe, de acordo com o comportamento sexual observado anterior à gravidez. A própria família inconscientemente demonstra tal previsão ao não externar planos de vida muito diferentes para as filhas. A informação sobre a saúde sexual e reprodutiva existe, mas não é tão qualificada para ser efetiva. O posto de saúde apresenta-se como a melhor fonte desse tipo de informação, no entanto, é acessado apenas após a primeira gravidez.

A experiência da maternidade e as relações sociais

A iniciação da vida sexual e a gravidez foram eventos que ocorreram, em média, nos 15 anos de idade com um único parceiro, em grande parte dos casos. Os pais já tinham em geral mais de 19 anos, quando da paternidade, e, na maioria dos casos, apresentam-se presentes para participar nos cuidados com a criança e com as despesas, embora tenha sido registrada insatisfação por parte das jovens em relação à suficiência dessa cooperação, do tipo *“não estamos juntos e é muito raro ele ajudar, só ajuda quando eu corro muito atrás dele. Aí ele ajuda com dinheiro. Até hoje ele só viu a neném duas vezes”* (Paula, 17 anos, Samambaia); *“ele ajuda só com o leite. Eu não esperava o abandono dele. Ele disse que queria ser pai, por isso planejei, mas depois ele disse que não queria mais”* (Eduarda, 17 anos, Varjão); *“estamos juntos, mas ele ajuda mais ou menos. Quando eu preciso que ele fique com o menino, ele fica. Mas não ajuda muito não”* (Maria, 18 anos, Varjão).

Embora a palavra “ajuda” tenha sido usada na pergunta para investigar a participação paterna nos cuidados com o bebê, a presença marcante desse termo revela novamente a persistência dos papéis tradicionais de gênero arraigados nessas famílias. Novamente, a tarefa de cuidar dos filhos e a responsabilidade sobre função reprodutiva aparecem, na maioria dos casos, exclusivamente atribuídas às mães, resultando em angústias e frustrações em relação à maternidade e ainda em restrições quanto às possibilidades de estudo e trabalho. Consoante a esses achados, Madalozzo e Blofield (2017), a partir de um olhar sobre famílias de baixa renda e com filhos de São Paulo, investigam a diferença de gênero nesta classe social, também encontrando uma dedicação desproporcional em relação ao tempo dedicado ao cuidado dos filhos, com maior peso sobre as mulheres, principalmente no caso de casais não coabitantes. Há nessas narrativas elementos que indicam uma reprodução da divisão sexual do trabalho por essas jovens ao invés de uma lógica de conciliação de papéis e de parceria entre homens e mulheres³².

A notícia da gravidez foi recebida com sentimento de felicidade e sem muita surpresa pelo pai, na maioria dos casos: “*Ele ficou feliz, só eu que não gostei na hora*” (Nara, 19 anos, Varjão); “*Ele agiu normal. Já sabia que ia acontecer*” (Michele, 17 anos, Samambaia); “*Ele ficou muito feliz com a gravidez*” (Paula, 17 anos, Samambaia). A paternidade chega em um contexto de desemprego e dependência financeira, impossibilitando que o jovem casal forme novo arranjo familiar fora da casa dos pais. Nos casos em que foi relatado o namoro com o pai do bebê, identificaram-se planos de vida compartilhados e participação paterna nos cuidados com o filho: “*Estamos juntos. Pretendemos trabalhar e terminar os estudos logo para ter nossa casa e dar uma vida boa para ela. Ele me ajuda a cuidar dela e a arrumar a casa*” (Michele, 17 anos, Samambaia); “*Estamos juntos há mais de um ano. Ele me ajuda em tudo (a cuidar, ajuda financeiramente). A gente pensa em morar junto, em ajeitar a nossa vida*” (Marta, 19 anos, Ceilândia); “*Ele ajuda, mas a família dele ajuda mais ainda. A gente faz planos de ir morar juntos, trabalhar os dois e dar o melhor para a neném*” (Bárbara, 17 anos, Samambaia).

Assume destaque, nesse cenário sobre os cuidados para com o bebê, a presença da família da adolescente, em particular a figura materna. Há diversos relatos de que a maternidade provocou mudanças significativas no relacionamento familiar da adolescente, registradas em: “*eu e minha mãe antes ficava um tempo sem se falar e hoje não tem isso. A gente tá mais próxima. Minha irmã sempre esteve do meu lado, me apoiando*” (Nayara, 19 anos, Varjão).

³² Hirata e Kergoat (2007) fazem uma discussão sobre o conceito da divisão sexual do trabalho, trazendo uma análise crítica sobre o paradigma da “conciliação” de tarefas.

“Minha mãe ficou mais próxima de mim, agora meu pai se afastou mais mesmo. Meus irmãos ficaram mais próximos, estão bem mais legais” (Mariana, 19 anos, Ceilândia); *“agora a gente ficou mais próximo. Menos brigas, toda hora alguém manda mensagem perguntando por ele (o filho)”* (Maria, 18 anos, Varjão). A melhora do relacionamento familiar remete à mudança de status social a partir da maternidade. Diversos estudos sobre a temática destacaram a maternidade como um projeto de mobilidade social, uma vez que a adolescente passa a ser socialmente reconhecida como adulta. A mudança na forma de tratamento dos pais e irmãos para com a jovem mãe revela o reconhecimento de tal mudança. As brigas e os castigos (físicos ou não) são substituídos por conversas mais maduras e por maior compreensão. O dormitório antes compartilhado com os outros irmãos e sem muito conforto, quando possível, torna-se um quarto mais privativo e relativamente aconchegante. Há maior parceria e relativa união entre os familiares, após a fase de surpresa e insatisfação quanto à gestação.

Complementar aos relatos das jovens, foi possível notar, com a participação de alguns responsáveis, o papel crucial da mãe da adolescente nos cuidados para com a jovem e a criança. Muitas vezes, é ela quem oferece os primeiros cuidados, como dar os primeiros banhos, tratar do estado de enfermidade e é também a primeira fonte de informações sobre os assuntos infantis. Como em quase todos os casos não havia transcorrido mais de 2 anos do nascimento da criança, notou-se forte dependência da jovem em relação a um adulto da família.

Externo ao ambiente familiar, não se destacaram mudanças bruscas no relacionamento com amigos, vizinhos e comunidade, embora houvesse considerável ambiguidade nas narrativas. A primeira resposta foi quase sempre negando mudanças nos relacionamentos sociais, todavia, no decorrer das entrevistas, apareciam os desconfortos em relação a alguns julgamentos que elas passaram a receber com a maternidade, do tipo: *“alguns falam que decepcionei, mas eu nem ligo. Viro a cara e mando encher o saco de outro. Quando eu andava com ele (o filho) no colo na rua algumas pessoas perguntavam se ele era meu irmão e eu dizia que era meu filho. As pessoas achavam que eu engravidei muito nova. Aumenta o julgamento”* (Nayara, 19 anos, Varjão); *“os amigos se afastaram e tem mais julgamento da minha gravidez. Ninguém esperava que eu fosse ser mãe agora”* (Esther, 17 anos, Varjão); *“Não, ninguém me trata diferente. A relação com os amigos piorou pelo fato deles julgarem e eu não aceitar isso. Já a relação com a família melhorou”* (Marta, 19 anos, Ceilândia).

Retomando a questão da mudança de status social, Pantoja (2003) analisa narrativas que revelam a maternidade como um passaporte para a vida adulta, uma forma de familiares e amigos reconhecerem a jovem como tal. Neste trabalho, novamente ratificamos tais considerações. Grande parte das entrevistadas se reconhece como na fase adulta, embora fossem

afetiva e economicamente dependentes dos pais: *estou mais na fase adulta, porque a gente tem que ter mais maturidade, mais responsabilidade*” (Paula, 17 anos, Samambaia); *“acho que tô saindo da adolescência. Tô mais na transição. Antes da gravidez me colocava mais no meio dos adolescentes, agora as mudanças estão aparecendo. Ainda me sinto um pouco na adolescência, mas estou mais na transição para a fase adulta”* (Estela, 19 anos, Estrutural).

Esse processo de transição é observado com certo grau de incertezas e angústias quanto às principais alterações de vida trazidas pela maternidade. Quando questionadas sobre os pontos positivos e negativos da maternidade, a pergunta produziu elevada reflexão. Muitos dos pontos negativos da maternidade apareceram ligados à perda de liberdade para sair de casa e se divertir. A limitação dos momentos de diversão foi apontada por quase todas as entrevistadas, refletida nas expressões: *“eu não posso sair mais como antes, tenho que ter responsabilidade só para ele agora, porque tudo agora que ele precisa sou eu que tenho que dar”*(Nara, 19 anos, Varjão); *“Não posso ir para lugar com som alto. Só vou para lugar, assim, de dentro de casa. Para festa e show não vou mais”* (Michele, 17 anos, Samambaia). *“Não poder sair com os amigos é negativo”* (Eduarda, 17 anos, Varjão); *“parei de sair com minhas irmãs para festas”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia). Em apenas um dos casos, o ponto negativo ressaltado foi em relação à interrupção dos estudos: *“Me atrapalhou na questão do estudo e do trabalho. Atrapalhou mesmo. Eu não digo nem que é uma coisa ruim, mas se eu tivesse esperado um pouquinho mais eu poderia desfrutar desse momento bem mais. Não teria tanta preocupação. Não vou mentir, eu fico preocupada como é que eu vou levar a vida mais para frente com filho. Eu não digo que é um ponto negativo ou positivo, mas um aprendizado na minha vida. Vai ser um desafio”* (Patrícia, 17 anos, Samambaia).

Conforme já apontado nos estudos dessa temática, a gravidez e a maternidade produzem transformações significativas no cotidiano das jovens mães. Não apenas as decisões de estudo e trabalho são alteradas, mas toda a rede de relacionamento dá respostas a esse evento no curto prazo.

A percepção sobre o Bolsa Família

O Programa Bolsa Família aparece compreendido pelas jovens de maneira incompleta. Há um consenso de que o benefício ajuda muito na condição financeira da família, mas não há um conhecimento completo sobre seu funcionamento e sua função na interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

A condicionalidade educacional, refletida na exigência de frequência escolar mínima, é compreendida por algumas adolescentes como sua única responsabilidade até engravidar. Para metade das entrevistadas, frequentar a escola é o compromisso delas para que a mãe receba o benefício: “*O BF incentiva eu estudar, porque eu não queria ir para escola e minha mãe ficava falando para eu ir. Eu não podia ter falta, porque se não seria cortada do programa*” (Maria, 18 anos, Varjão); “*Incentiva estudar sim, porque se não minha mãe perdia. Apesar de que ela sempre fez questão da gente estudar*” (Nara, 19 anos, Varjão). Para a outra metade, mesmo na ausência do benefício, elas estariam estudando. Não há um sentimento de obrigação de estar na escola gerado pela participação da família no Programa: “*Nunca fomos para a escola só por causa do BF. Nunca pensamos assim*” (Marta, 19 anos, Ceilândia); “*eu já ia estudar mesmo se não tivesse (o BF)*” (Eduarda, 17 anos, Varjão).

Silva e Pires (2015) já haviam destacado, em pesquisa com as mães beneficiadas, que o PBF cria um mecanismo para que mãe e filhos se esforcem para merecer o benefício. Outrossim, nessa pesquisa há o relato de que, independente da condicionalidade exigida, a mãe garantiria que seus filhos estivessem frequentando a escola. Segundo os autores, o posicionamento crítico das mães é de que a frequência escolar permite aos filhos “serem alguém na vida”, todavia, elas não associam a melhora da educação de seus filhos ao recebimento do benefício. O benefício tem para elas o papel de sanar as carências materiais por meio da transferência pecuniária. Na presente pesquisa, nota-se semelhante percepção por parte das adolescentes, pois em nenhum relato identifica-se a associação da participação no Programa aos resultados positivos oriundos da educação, mas sim ao recebimento da transferência de renda, a qual tem inúmeras finalidades na despesa da família, na visão das jovens.

A ausência do benefício na vida da família é interpretada pela adolescente como um grande agravante da dificuldade financeira, uma vez que grande parte das entrevistadas mora em famílias monoparentais, nas quais a mãe se encontra na situação de desemprego e com a presença de outros irmãos e irmãs dependentes: “*(Viver sem o BF) seria difícil, né. Porque minha mãe está sem trabalhar. Seria bastante complicado*” (Michele, 17 anos, Samambaia); “*Acho que não seria nada, porque minha mãe sobrevive dessa renda. Ela não tem aposentadoria e não trabalha. O dinheiro paga a conta de água e algumas coisa para dentro de casa*” (Maria, 18 anos, Varjão); “*Seria uma tragédia, porque o BF ajuda muito*” (Bárbara, 17 anos, Samambaia); “*Minha mãe não trabalha e não recebe ajuda do meu pai. O benefício ajuda a gente a pagar as despesas de casa, alimentação, água e luz*” (Nara, 19 anos, Varjão). Há um sentimento de que o benefício funciona como um bote salva-vidas para a família, em

especial para as mulheres da família, que apresentam autonomia financeira limitada e relacionamentos afetivos instáveis, nas duas gerações.

Embora não tenha sido alvo de investigação neste trabalho, pode-se inferir que o grupo analisado manteve um acompanhamento regular das consultas de pré-natal. Apesar das jovens não vincularem esse comportamento à participação da família no PBF, o relato das mães dessas adolescentes deixa escapar a influência que as condicionalidades do Programa tiveram sobre o comportamento das filhas, no que tange aos cuidados gestacionais.

A percepção de que se tornar a beneficiária titular do Programa seja algo necessário no futuro é presente para quase todas as entrevistadas. A independência em relação ao benefício não aparece como algo fácil de ser alcançado, uma vez que está condicionada a se conseguir uma ocupação no mercado de trabalho, a qual, por sua vez, pode demorar muito tempo, na visão das jovens: *“Acho que vou precisar do BF no futuro, por causa da falta de emprego, né. Eu e minhas irmãs procuramos emprego para ajudar aqui em casa, mas a gente não acha. Nem de jovem aprendiz a gente acha. A gente entrega currículo, mas não acha”* (Bárbara, 17 anos, Samambaia); *“Não sei (se vou precisar do BF), se eu arrumar um serviço fixo, acho que não, mas eu não sei”* (Maria, 18 anos, Varjão); *“Acho que sim, porque serviço hoje em dia é muito difícil. Quando a gente tá desempregada já é uma ajuda”* (Paula, 17 anos, Samambaia); *“Quando eu conseguir um emprego fixo, acho que não vou precisar não”* (Nara, 19 anos, Varjão).

Conforme apontado por Pires (2013), participar do PBF implica ao titular beneficiário fazer parte de um compromisso com o Estado, criando uma relação de reciprocidade entre ambos. Por algumas falas nessa pesquisa notamos que a responsabilidade pelo cumprimento da condicionalidade escolar é assumida também pela adolescente. O esforço para manter-se na escola aparece ligado ao receio de o benefício ser cortado, o qual tem grande utilidade e traz segurança para a família. Ao mesmo tempo em que se identifica tal esforço, boa parte das jovens acredita que o benefício será útil no futuro, ratificando as limitações da condicionalidade educacional no enfrentamento da transmissão da pobreza intergeracional, como mencionado em Pires (2013). As falas aqui colhidas parecem evidenciar que a inserção profissional é a principal ponte para a ascensão social e independência ao PBF.

À guisa de conclusão, considera-se que as entrevistas atingiram seu objetivo, qual seja trazer elementos subjetivos relacionados às escolhas de mães adolescentes em relação às decisões de estudo e trabalho. Apesar dos limites impostos pelo escopo dessa pesquisa qualitativa, como, por exemplo, sua representatividade, os conteúdos obtidos por meio de um reduzido número de informantes foram se esgotando para os principais tópicos abordados.

Ademais, percebeu-se que os achados, ao mesmo tempo que traziam detalhes importantes à discussão, ratificavam as evidências encontradas no primeiro capítulo, agregando elementos que modelam tais escolhas, como, por exemplo, as tradicionais convenções de gênero e a limitada autonomia das adolescentes, em termos de posse de informação qualificada e escassez de recursos materiais. O Programa Bolsa Família, assim como nos resultados quantitativos, não impede a interrupção das atividades escolares das jovens mães no curto prazo, todavia, as jovens beneficiadas relatam intenções em retomar a trajetória educacional e em qualificá-la, dando maior importância a essa em detrimento da inserção profissional precária no mercado de trabalho. O próximo capítulo deste trabalho tem como objetivo discutir os principais achados da pesquisa desenvolvida trazendo alguns instrumentos de políticas públicas já criados para lidar com esse evento.

Conclusões

A combinação das abordagens qualitativa e quantitativa nas pesquisas de políticas públicas é cada vez mais frequente e importante para as avaliações de programas. A utilização de registros administrativos, como, por exemplo, o CadÚnico e o Datasus e bases de dados populacionais, como os Censos produzidos pelo IBGE, viabilizam um retrato estatístico da situação socioeconômica de amostras populacionais frente a uma dada intervenção. Por outro lado, pesquisas de campo envolvendo a coleta de narrativas de atores-chave permitem acessar comportamentos, valores, elementos institucionais e organizacionais e outras subjetividades essenciais para entender boas práticas, desvios e intercorrências na implementação de dado programa. Nas políticas sociais, tal combinação ganha ainda mais relevância pela necessidade de entender fenômenos sociais complexos que nem sempre se traduzem em indicadores objetivos. A união das duas metodologias tende, portanto, a favorecer uma investigação mais completa e profunda do objeto de estudo.

Nessa perspectiva, o presente trabalho buscou combinar as abordagens quantitativa e qualitativa para discutir os efeitos de uma política pública, o Programa Bolsa Família, sobre um grupo específico, adolescentes mães. Embora não tenha uma estrutura de uma avaliação de programa, este trabalho motiva estudos futuros e mais profundos sobre o evento da maternidade na adolescência, do modo a contribuir para possíveis redesenhos em políticas já existentes. Este último capítulo retoma os resultados encontrados nos capítulos anteriores focados na pergunta desta pesquisa: *como o benefício do Programa Bolsa Família afeta a frequência escolar e a participação no mercado de trabalho das adolescentes mães beneficiárias?* e discute políticas públicas voltadas para esse público no Brasil.

A primeira importante decisão observada foi a escolar. Pelo desenho do PBF a primeira hipótese levantada foi a de que a participação no Programa tivesse um efeito atenuador sobre o efeito adverso da maternidade sobre a frequência escolar. No entanto, nas duas abordagens, observou-se que a maternidade atua negativamente sobre a decisão de estudar nos primeiros anos da experiência e que nem mesmo para as jovens que estavam sujeitas à condicionalidade educacional do PBF, a interrupção dos estudos foi evitada. Pelas narrativas, em nenhum dos casos houve uma continuidade nos estudos entre a gravidez e os primeiros anos da maternidade. A gravidez foi apontada como motivo principal para a interrupção e o retorno à trajetória escolar foi, de forma unânime, apontado como um projeto no curto prazo.

As evidências encontradas, bem como as já discutidas na literatura, reforçam a importância de políticas educacionais que garantam a permanência das adolescentes no fluxo

escolar durante e após a gravidez. Mesmo com a Lei nº 6.202/1975, que assegura às estudantes que engravidam o regime de exercícios domiciliares, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o nascimento, a evasão escolar desse público ainda é objeto de preocupação de gestores públicos. Aos jovens beneficiados pelo PBF, esse ponto requer ainda mais preocupação pelo receio de esse processo ser definitivo, frustrando assim as expectativas de rompimento do ciclo de pobreza.

Possíveis mudanças na estrutura curricular do ensino médio, maior conexão da escola com a família e flexibilidade das atividades escolares para as alunas-mães são apontadas como medidas favorecedoras da permanência de adolescentes na escola, pois tendem a tornar a escola um ambiente acolhedor e promovedor de reflexão, mais próximo das especificidades desse grupo³³. Paralelo a isso, políticas de creches e pré escolas precisam andar conjugadas, sob pena de anular os efeitos de qualquer outra ação educacional. A dificuldade em conseguir vagas em creches públicas e a distância da comunidade foram elementos apontados pela jovens entrevistadas no DF. Segundo dados recentes do MEC³⁴, a taxa de cobertura de creches em 2016 estava em torno de 27%, o que representa uma cobertura muito baixa ainda. Ressalta-se ainda que, para os quintis mais baixos de renda, essa cobertura é significativamente menor. Uma menor disponibilidade de serviços desse tipo podem induzir maior atraso escolar e, conseqüentemente, maiores chances de evasão definitiva da aluna. Assim, sem os serviços de apoio à permanência da adolescente na trajetória escolar e no mercado de trabalho, torna-se inviável a superação da pobreza para essa geração.

Ademais, o tema por si só traz à baila a questão da educação sexual nas escolas. Em pesquisa realizada em países da América Latina, o Brasil aparece como um dos países com menor pontuação em relação à adequação do currículo escolar à temática de educação integral em sexualidade³⁵. Os relatos colhidos no capítulo 2 marcam uma demanda insatisfeita por informações qualificadas sobre saúde sexual e reprodutiva. A escola pública era o ambiente em comum a todas as entrevistadas e a insuficiência de informações sobre o assunto foi ressaltada nas falas. Somente após a gravidez, conforme aumenta o contato com os postos de saúde, é que

³³ Produzido pelos Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Insper e Fundação Brava, “Políticas Públicas Para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens” é um estudo recente que traz tais práticas como mitigadoras da evasão nos casos de maternidade.

³⁴ Dado extraído do Observatório da Criança e do Adolescente em: <https://observatoriocrianca.org.br/>

³⁵ Estudo realizado pela Federação Internacional de Planejamento Familiar em 2015, com a finalidade de apresentar o cenário da saúde reprodutiva e sexual das mulheres em cinco países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México). Texto disponível em <http://www.cepia.org.br/barometro.pdf>

as jovens passam a sentir-se mais confortáveis e autônomas quanto ao uso do conteúdo sexual e reprodutivo.

Conforme afirmam muitos estudiosos da área da educação, o exercício da cidadania requer uma base em educação sexual. A não obrigatoriedade do assunto nos currículos escolares torna o tratamento desse conteúdo superficial, quando não inexistente na maioria das escolas. Em 2007, foi lançado o Programa Saúde nas Escola (PSE), uma parceira do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação para promover saúde e educação de modo integral, lidando com a prevenção e a atenção à saúde de crianças e jovens. Destaca-se nesse Programa o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), voltado à formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. O trabalho é feito via materiais educativos, cursos de formação e seminários com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e busca estimular as escolas a adotarem a educação sexual em seus currículos (BRASIL, 2017). Todavia, sem uma obrigatoriedade de incorporar o tema, com adequada formação dos gestores e profissionais da educação, o assunto encontrará elevada resistência para ser abordado, considerando os tabus e os preconceitos em relação à sexualidade presentes na sociedade.

Nesse contexto, a conjugação de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde marca sua relevância. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) tem essa intenção integralizante. Com uma proposta de incentivar uma visão holística do ser humano e uma abordagem sistêmica das necessidades de adolescentes aos gestores de saúde, a PNAISAJ visa reorientar os serviços de saúde de modo a favorecer a atenção integral à saúde desse público. Acredita-se que o desenvolvimento saudável desse grupo precisa de um olhar diferenciado, envolvendo a existência de espaços mais humanizados de acolhimento e maior acesso aos serviços de saúde, considerando as diversidades individuais, sociais, étnicas e territoriais e a vulnerabilidade daqueles e daquelas privados das condições básicas. As diretrizes para viabilizar a atenção integral à saúde de adolescente e jovens contemplam: a) o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; b) atenção integral à saúde sexual e saúde reprodutiva e; c) atenção integral no uso abusivo de álcool e outras drogas por pessoas jovens (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, merecem destaque também as redes de atenção à saúde, em especial a Rede Cegonha, que se constitui em um arranjo organizativo de ações para garantir o atendimento de qualidade, seguro e humanizado para todas as mulheres dentro do SUS. A estratégia abarca desde o planejamento familiar, até os dois primeiros anos de vida da criança.

Dentre os princípios da Rede está a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres, homens, jovens e adolescentes, conforme estabelecido na Portaria nº 1.459 de 2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017).

Todas essas ações são estratégicas à garantia de direitos reprodutivos e sexuais para as adolescentes no país, no entanto a dificuldade de acesso aliada às estruturas física e humana deficientes no serviço público de saúde impedem a concretização dessas propostas, limitando o desenvolvimento autônomo e emancipador do público. Em oficina sobre a gravidez na adolescência³⁶, Santos et al. (2017) trazem recomendações de políticas públicas mais assertivas em relação à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Adolescentes e especialistas destacam a necessidade da oferta de mais meios para orientar decisões mais conscientes e seguras quanto à maternidade. Fortalecer o PSE, redesenhar a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e incentivar a criação de espaços de saúde mais amigáveis e específicos para o público jovem, como casas/centros de adolescentes, que tenham uma escuta mais qualificada e sem constrangimentos, foram algumas das recomendações levantadas em termos de políticas públicas e que, de fato, dialogam com os achados deste trabalho.

O efeito reduzido e negativo da maternidade sobre o ingresso no mercado de trabalho marca a dificuldade em conciliar os cuidados com o filho e as atividades laborativas, mas também indica que outros fatores tendem a colocar em segundo plano a decisão de ingressar na PEA. Conforme visto nas entrevistas, a intenção de concluir o ensino médio e de ingressar no ensino superior ou em um curso técnico foi citada com frequência. As jovens entrevistadas do Programa têm a intenção de usar a educação como instrumento de ascensão e conquista de melhores postos de trabalho. Mesmo que apontando forte desejo por uma maior autonomia e liberdade com a maternidade, pela vontade em constituir o próprio lar, por exemplo, o ingresso no mercado de trabalho não apareceu como prioritário. As políticas de democratização do Ensino Superior, como o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), podem afetar tal decisão tendo em vista seu objetivo em aumentar o acesso da população de baixa renda à educação superior.

Fora políticas educacionais mais atrativas e inclusivas, iniciativas que promovam a qualificação profissional de adolescentes e que lhes possibilitem escolher sua forma de ingresso no mercado parecem fundamentais para impactos geracionais, evidentemente, desde que apoiadas em condições adequadas de suporte de creches e pré-escolas.

³⁶ A oficina, promovida pelo UNICEF, UNFPA e INDICA, foi realizada com adolescentes e especialistas e produziu a publicação *Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas*.

Este trabalho permitiu verificar o grande desafio que se impõe no contexto analisado: o retorno escolar das jovens mães que interromperam a frequência escolar com a maternidade. Para aquelas que conseguem manter-se na escola durante a gravidez e após o parto, a permanência até a conclusão do ensino médio e o ingresso e permanência na formação superior ou profissional são estratégias como possibilidade de ascensão econômica. Já para aquelas que interrompem a trajetória escolar, os esforços do Estado precisam ser mais intensivos. Ações que promovam o retorno e a continuidade na trajetória escolar são prementes e complexas. Em ambos os casos, considerar as especificidades desse grupo é essencial para se desenhar tais ações. Programas de aprendizagem, como o Jovem Aprendiz, ou de formação técnica profissionalizante, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)³⁷, têm dificuldade de estimular as jovens mães de baixa renda na inserção ocupacional.

Mesmo na ausência da maternidade, a questão da inserção profissional de jovens é um desafio, devido à complexidade e à pluralidade de fatores que determinam seus interesses e suas decisões. Contemplar as especificidades do público mais jovem oferecendo-lhes condições para elevar sua qualificação e opções para que decidam suas trajetórias profissionais articuladas às demandas no mercado de trabalho parece ser o caminho mais adequado ao sucesso das políticas de inserção profissional.

Outrossim, toda essa discussão não pode ignorar as questões de gênero e raça presentes no fenômeno da maternidade na adolescência. Pelas estatísticas apontadas no capítulo primeiro, a maternidade na adolescência é mais prevalente em jovens negras, de baixa renda e com pouca escolaridade. Ademais, famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras são maioria entre os beneficiários do PBF (CAMARGO et al., 2013). Esses dois fatores reforçam a importância de estudar esse fenômeno no contexto do Programa e de pensar mecanismos que garantam o desenvolvimento educacional e que favoreçam a inclusão produtiva de modo mais qualificado da jovens mães beneficiadas.

Além das discriminações decorrentes da questão de gênero, reforçadas com a maternidade, há o peso da discriminação racial, ambas compartilhadas desde cedo por essas adolescentes pelas vivências familiares. Todas essas questões afetam o fenômeno da maternidade, pois circundam o cotidiano das jovens mesmo antes da gravidez, influenciando todas as suas escolhas e limitando suas perspectivas de vida. Destarte, tais formas de

³⁷ Criado pela Lei nº 12.513, de 2011.

discriminação impõem-se ainda mais como elementos estruturantes das desigualdade social. As ações afirmativas, presentes em algumas políticas, buscam interromper esses processos históricos de discriminações, no entanto, há dúvidas se alcançam esse grupo. Assim sendo, na ausência de instrumentos adequados para garantir a ascensão social e a interrupção da reprodução intergeracional da pobreza, intensificam-se sobremaneira as desigualdades de gênero e raça.

Ademais, a desproporcionalidade das responsabilidades entre homens e mulheres no que tange aos cuidados com os filhos e às tarefas domésticas parece persistente nas famílias de baixa renda, mesmo entre as novas gerações. A endogenia da associação com o evento em questão aparece para as relações desiguais de gênero. Em Chacham et al. (2012), as autoras destacam que tal aspecto diminui as chances de a adolescente evitar uma gravidez não planejada, pois reduz a autonomia da mulher, tornando-as menos capazes de negociarem o uso de preservativo e o momento da relação sexual, por exemplo. Por outro lado, as narrativas coletadas permitiram inferir que a maternidade e as relações afetivas desenvolvidas nesse período tendem a sutilmente reproduzir a divisão sexual do trabalho no cotidiano das jovens mães, limitando suas escolhas.

Este e outros trabalhos sobre a temática descrevem o perfil das adolescentes que tornam-se mães no país chamando especial atenção ao viés no perfil de renda, raça e escolaridade. Ao mesmo tempo que características objetivas são elencadas para problematizar esse evento, aspectos subjetivos são levantados buscando apontar a complexidade do evento e seus elementos históricos, sociais e culturais. Percebe-se, então, que um primeiro passo para seguir aprofundando nesse fenômeno social é despojar-se de preconceitos e estereótipos a seu respeito.

Finalmente, a maternidade na adolescência é uma questão transversal que perpassa as áreas da saúde, da educação, da assistência social e do trabalho. Compreender esse fenômeno dentro das políticas públicas voltadas à eliminação da transmissão intergeracional da pobreza é um importante passo para se alcançar desenhos de políticas sinérgicas e efetivas no enfrentamento à pobreza no longo prazo. Nessa perspectiva, associar tal fenômeno à principal política social no país, o Bolsa Família, foi uma tentativa de refletir sobre a efetividade dos mecanismos de eliminação da transmissão intergeracional da pobreza. As evidências encontradas indicam que o sucesso desses mecanismos depende da articulação de políticas, com especial atenção a esse fenômeno, que envolve um grupo expressivo de beneficiárias. Sem a pretensão de esgotar as respostas à pergunta de pesquisa, o presente estudo espera ter motivado

trabalhos futuros sobre o mesmo assunto, que possam seguir propondo formas de conjugar políticas públicas em torno das especificidades desse evento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. C.; AQUINO, E. M. L.; BARROS, P. School trajectory and teenage pregnancy in three Brazilian state capitals. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n. 7, p. 1397-1409, 2006.

ALVES, J.E.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família, fecundidade e a saída da pobreza. In: Arilha M, Caetano AJ, Guedes M, Marcondes GC, organizadores. **Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas**. Campinas: Librum Editora; 2012. p. 27-48.

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados**, v. 56, n. 3, pp. 531-70. 2013.

BRASIL. Lei Nº 6.202 de 17 de abril de 1975. 2000. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares pelo Decreto nº 1.044, de 1969.

_____. Lei Nº 6.202 de 17 de abril de 1975. 2000. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares pelo Decreto nº 1.044, de 1969.

_____. Lei Nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Cadernos de Atenção Básica**. 2010. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf>. Acesso em 02 jan. 2017.

_____. **Rede Cegonha, 2017**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/rede_cegonha.pdf>. Acesso em 02 jan. 2017.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**, 2010 Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em 02 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Sumário Executivo do Programa Bolsa Família**. 2015. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/fichadescritiva_12.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Bolsa Família**. Disponível em:< <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Informe Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%2074.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Motivos de baixa frequência - Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/bolsa_familia/Motivos_baixa_refrequencia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Relatório de Informação – Bolsa Família e Cadastro Único.** 2017. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. **Boletim de Informação – Bolsa Família - outubro 2017.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2017/outubro/05102017_boletim_BFInforma_1.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC. **Boletim Bolsa Família Informa: Nº 576 de 05 de outubro de 2017.** Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2017/outubro/05102017_boletim_BFInforma_1.html. Acessado em: 29 set. 2017.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados – Bolsa Família e Assistência Social.** Brasília, 2007.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. **Relatórios de Informações Sociais - Bolsa Família e Cadastro Único, 2017 -** disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)>. Acesso em 02/01/2018.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. **Matriz de Informação Social -** disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php - Acesso em 12/12/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Presença de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família.** Disponível em: <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/attachments/final/manual.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

_____. **Programa Saúde na Escola.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. **Indicadores e Dados Básicos – Brasil.** Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2016.

CABRAL, C. S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p.283–292, 2003.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. vol.14, n.2, p.269-301, 2010.

CAMARGO, C. F., CURRALERO, C. R. B., LICIO, E.; MOSTAFA, J. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: O Que o Cadastro Único Revela? in T. Campello

and M. Côrtes Neri (eds), **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Ipea, cap 9. p. 157-177, 2013.

CAVENAGHI, S. M.; BERQUÓ, E. **Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event?** In: Annual Meeting of the Population Association of America (PAA), 2005, Philadelphia: Population Association of America (PAA), 2005.

CHACHAM A. S.; MAIA M. B.; CAMARGO M. B. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **Revista Brasileira Estudos de Populações**, v. 29, n. 2, p. 389-407, 2012.

CHITOLINA, L.; FOGUEL, M. N.; MENEZES-FILHO, N. A. The impact of the expansion of the Bolsa Família Program on the time allocation of youths and their parents. **Revista Brasileira de Economia**, v. 70 n.2, p. 183–202. 2016.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015. Brasília, 2015.

CRAVEIRO, C.B.A.; XIMENES, D.A. Dez Anos do Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas Para a Universalização da Educação Básica No Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p. 123-131, 2010.

FAHEL, M. C. X.; MORAIS, T.; FRANÇA, B.C. **O impacto do Bolsa Família na Inclusão Educacional: análise de matrícula escolar em Minas Gerais**. Ipea. Anais do I Ciclo de Debates Acadêmicos. CODE, 2011.

FONTOURA, N. O.; PINHEIRO, L. S. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 149-166. 2009.

HEILBORN, M. L. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: Vieira EM, Fernandes ME, Bailey P, and McKay A (orgs). **Seminário Gravidez na Adolescência**. Brasília, 1998.

HEILBORN, M. L. **O ultra-som de uma “tragédia nacional”. Resultado: a gravidez precoce não é o drama que se noticia**. O Estado de São Paulo- Caderno ALIÁS, 2005.

HEILBORN, M. L., et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**. v.8 (17), p.13-45, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em : <[http:// www.censo2010.ibge.gov.br/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 20 jul. 2016

LOBATO, A. L. **Perfis de Autonomia e Vulnerabilidade de Mulheres Jovens residentes do Taquaril, Belo Horizonte**. Monografia (Conclusão de curso). Puc Minas. Curso de Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2007.

MADALOZZO, R. C.; BLOFIELD, M. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 215-240, fev. 2017.

MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-657, 2010.

MESQUITA, A. C. S., et al. Assistência Social. In: **Políticas Políticas Sociais – acompanhamento e análise**, Brasília: IPEA, n. 23, p. 53-116, 2015.

NARITA, R.; DIAZ, M.D.M. Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data. **Economia (Brasília)**, v. 17, p. 238-252, 2016.

PAES DE BARROS, R.; et al. **“Políticas Públicas Para Redução Do Abandono e Evasão Escolar de Jovens.”** p.1–222. (2017). Disponível em: <<http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-públicas-para-a-redução-do-abandono-e-evasão-escolar-de-jovens.pdf>>

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

PANTOJA, A. L. N. “Ser alguém na vida”: Uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.19, p.335-343, 2003.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, 2013.

ROCHA, R. **Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: Evidências do Bolsa Família**. PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, B. R.; et al. **Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas**. INDICA, 2017.

SANTOS, F. M.; **Os impactos da maternidade precoce sobre os resultados socioeconômicos de curto prazo das adolescentes brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

SIGNORINI, B. A.; QUEIROZ, B. L. **The impact of Bolsa Família program in the beneficiary fertility.** Texto para Discussão 439. Cedeplar. 2011.

SILVA, A. L.; PIRES, A. O Programa Bolsa Família: percepções de mães beneficiárias sobre Educação e a possível construção de uma Vida Nova para seus filhos. **Revista Comunicações.** v. 22 (1), p. 7-25, 2015.

SILVEIRA, F.G; CAMPOLINA, B.; HORN, R. V. **Impactos do programa Bolsa Família na alocação do tempo entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos.** In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

SIMÕES, A. A. **Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil e o Bolsa Família.** ETEC 15/2013 – disponível em www.aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/ - Acesso em: 15 dez. 2017

SIMÕES, A. A., SANTOS, M. F. P.; VAZ, A. C. **Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011.** ETEC 03/2013 – disponível em www.mds.gov.br/sagi - Acesso em: 15 dez, 2017.

SIMOES, P.; SOARES, R. B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 445-468, 2012.

THE WORLD BANK DATA. **Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19).** 2014. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.ADO.TFRT>>. Acesso em 22 out. 2016.

VASCONCELOS, A. M. et al. Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”: Evidências para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia,** Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 233-257, jul. 2017.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas - UNICAMP,** v. 44, p. 201-218, 2015.

APÊNDICES

Apêndice: Quadro 6 - Características de educação e de trabalho

Variável de interesse	Variável do Censo
Atraso escolar: se adolescente maior de 15 anos com EF incompleto ou se maior de 18 anos com EM incompleto	V6400 - Nível de instrução
Está ocupada no mercado de trabalho	V6910 - Condição de ocupação na semana de 25 a 31 de julho de 2010

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis do Censo 2010

Apêndice: Quadro 7 - Características socioeconômicas

Variável de interesse	Variável do Censo
Negra: se preta ou parda	V0606 - Cor ou raça
Tem cônjuge	V0637 - Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)
Faixa etária: mais nova - adolescentes de 12 a 15 anos; mais velha - adolescentes de 16 a 18 anos	V6036 – Idade calculada em anos
Responsável pelo domicílio: se é pessoa responsável ou se é cônjuge do responsável	V0502 – Relação de Parentesco com o Responsável pelo Domicílio
Mora com os pais: se é filha ou enteada da pessoa responsável pelo domicílio	V0502 – Relação de Parentesco com o Responsável pelo Domicílio
Mãe viva e morando no domicílio	V0604 – Tem mãe viva?
Educação do Chefe de família	V6400: Nível de Instrução
Renda domiciliar per capita: Rendimento bruto proveniente da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, em reais.	V6531- Rendimento domiciliar per capita em julho de 2010, em reais

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis do Censo 2010

Apêndice: Quadro 8 - Características de fecundidade

Variável de interesse	Variável do Censo
Tem filho(a) vivo(a)	V0667 – Este(a) filho(a) estava vivo(a) em 31 de julho de 2010
Tem apenas um(a) filho(a)	V6643 – Total de filhos que teve e que estavam vivos em 31 de julho de 2010

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis do Censo 2010

Apêndice: Quadro 8 - Características geográficas

Variável de interesse	Variável do Censo
Regiões geográficas: NO, NE, SE, S, CO	V1001- Região Geográfica
Vive em zona urbana: 1 – área urbanizada de vila ou cidade, 2 – área não urbanizada de vila ou cidade, 3 – área urbana isolada.	V1006 – Situação do domicílio
Mesorregião: nível de agregação espacial intermediário entre as Grandes Regiões e as Microrregiões Homogêneas.	V1002 - Código de Mesorregião
Microrregião: conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração.	V1003 – Código de Microrregião

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis do Censo 2010

Apêndice: Quadro 9 - Variáveis regionais criadas³⁸

Variável	Definição
Proporção de famílias beneficiadas pelo PBF na mesorregião	Razão entre o número de famílias beneficiadas pelo PBF e o número total de famílias. ³⁹
Proporção de famílias elegíveis ao PBF na mesorregião	Razão entre o número de famílias elegíveis ao PBF (com renda familiar per capita menor igual a 140,00) e o número total de famílias.
Proporção de jovens na PEA na mesorregião	Razão entre o número de jovens de 12 a 19 anos na PEA e o número total de jovens.
Proporção de jovens ocupados na mesorregião	Razão entre o número de jovens de 12 a 19 anos empregados e o número total de jovens.

³⁸ Em todo procedimento de estimação foram consideradas as famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 500,00.

³⁹ Para o cálculo do número de famílias utilizou-se a variável V5130: ordem lógica na família.

Taxa de cobertura em creches na mesorregião	Razão entre o número de crianças matriculadas e a população correspondente à faixa etária entre 0 e 3 anos.
Taxa de cobertura em pré-escola na mesorregião	Razão entre o número de crianças matriculadas e a população correspondente à faixa etária entre 4 e 5 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis do Censo 2010

Tabela 11 - Efeito da maternidade sobre frequência escolar por mesorregião

Impacto da maternidade por mesorregiões			Modelo 1		Modelo 2	
UF	cód.	Meso	Ef. Mg.	N. Obs.	Ef. Mg.	N. Obs.
11	1101	Madeira-Guaporé	-0,28 (0,02)	3663	-0,17 (0,02)	3652
11	1102	Leste Rondoniense	-0,29 (0,02)	7605	-0,14 (0,01)	7579
12	1201	Vale do Juruá	-0,22 (0,02)	2204	-0,10 (0,02)	2192
12	1202	Vale do Acre	-0,26 (0,02)	4482	-0,16 (0,01)	4471
13	1301	Norte Amazonense	-0,24 (0,03)	1377	-0,18 (0,03)	1366
13	1302	Sudoeste Amazonense	-0,25 (0,02)	3975	-0,17 (0,02)	3949
13	1303	Centro Amazonense	-0,24 (0,01)	13878	0,15 (0,01)	13831
13	1304	Sul Amazonense	-0,25 (0,02)	2814	-0,13 (0,02)	2791
14	1401	Norte de Roraima	-0,25 (0,02)	2898	-0,15 (0,02)	2880
14	1402	Sul de Roraima	-0,21 (0,02)	1318	-0,12 (0,02)	1313
15	1501	Baixo Amazonas	-0,23 (0,01)	6232	-0,13 (0,01)	6217
15	1502	Marajó	-0,28 (0,02)	4609	-0,16 (0,01)	4603
15	1503	Metropolitana de Belém	-0,23 (0,01)	9312	-0,15 (0,01)	9269
15	1504	Nordeste Paraense	-0,26 (0,01)	16169	-0,16 (0,01)	16119
15	1505	Sudoeste Paraense	-0,29 (0,01)	3721	-0,16 (0,01)	3699
15	1506	Sudeste Paraense	-0,28 (0,02)	12712	-0,18 (0,02)	12648
16	1601	Norte do Amapá	-0,2 (0,03)	696	-0,12 (0,03)	694

16	1602	Sul do Amapá	-0,26 (0,04)	4683	-0,18 (0,03)	4676
17	1701	Ocidental do Tocantins	-0,24 (0,03)	11147	-0,16 (0,02)	11126
17	1702	Oriental do Tocantins	-0,22 (0,01)	6090	-0,15 (0,01)	6072
21	2101	Norte Maranhense	-0,25 (0,02)	18552	-0,17 (0,02)	18501
21	2102	Oeste Maranhense	-0,24 (0,01)	14184	-0,14 (0,01)	14118
21	2103	Centro Maranhense	-0,25 (0,02)	10620	-0,15 (0,01)	10585
21	2104	Leste Maranhense	-0,27 (0,02)	12838	-0,17 (0,02)	12801
21	2105	Sul Maranhense	-0,26 (0,02)	3772	-0,14 (0,01)	3767
22	2201	Norte Piauiense	-0,29 (0,02)	6924	-0,18 (0,01)	6915
22	2202	Centro-Norte Piauiense	-0,26 (0,03)	11290	-0,17 (0,02)	11269
22	2203	Sudoeste Piauiense	-0,22 (0,03)	8150	-0,12 (0,01)	8143
22	2204	Sudeste Piauiense	-0,24 (0,03)	11147	-0,16 (0,02)	11126
23	2301	Noroeste Cearense	-0,29 (0,01)	13326	-0,17 (0,01)	13305
23	2302	Norte Cearense	-0,28 (0,01)	10699	-0,15 (0,01)	10671
23	2303	Metropolitana de Fortaleza	-0,26 (0,01)	13330	-0,18 (0,01)	13266
23	2304	Sertões Cearenses	-0,32 (0,02)	8370	-0,2 (0,01)	8354
23	2305	Jaguaribe	-0,28 (0,02)	5129	-0,19 (0,02)	5120
23	2306	Centro-Sul Cearense	-0,32 (0,03)	3452	-0,19 (0,02)	3442
23	2307	Sul Cearense	-0,27 (0,02)	7622	-0,14 (0,01)	7609
24	2401	Oeste Potiguar	-0,26 (0,01)	8733	-0,16 (0,01)	8719
24	2402	Central Potiguar	-0,28 (0,03)	4715	-0,17 (0,02)	4705
24	2403	Agreste Potiguar	-0,28 (0,03)	6718	-0,17 (0,02)	6711
24	2404	Leste Potiguar	-0,28 (0,02)	7717	-0,18 (0,01)	7701
25	2501	Sertão Paraibano	-0,30 (0,02)	11909	-0,16 (0,01)	11895

25	2502	Borborema	-0,27 (0,02)	5276	-0,13 (0,01)	5269
25	2503	Agreste Paraibano	-0,29 (0,02)	13509	-0,15 (0,01)	13488
25	2504	Mata Paraibana	-0,28 (0,02)	8500	-0,18 (0,01)	8485
26	2601	Sertão Pernambucano	-0,30 (0,02)	9874	-0,17 (0,01)	9844
26	2602	São Francisco Pernambucano	-0,23 (0,02)	4628	-0,13 (0,01)	4615
26	2603	Agreste Pernambucano	-0,31 (0,02)	19713	-0,17 (0,01)	19653
26	2604	Mata Pernambucana	-0,27 (0,01)	11273	-0,17 (0,01)	11237
26	2605	Metropolitana de Recife	-0,22 (0,01)	13984	-0,14 (0,01)	13938
27	2701	Sertão Alagoano	-0,30 (0,02)	5822	-0,16 (0,01)	5805
27	2702	Agreste Alagoano	-0,32 (0,01)	6429	-0,17 (0,01)	6404
27	2703	Leste Alagoano	-0,29 (0,02)	14578	-0,18 (0,01)	14524
28	2801	Sertão Sergipano	-0,32 (0,03)	2712	-0,17 (0,02)	2710
28	2802	Agreste Sergipano	-0,27 (0,02)	4327	-0,13 (0,02)	4320
28	2803	Leste Sergipano	-0,23 (0,03)	10287	-0,14 (0,02)	10267
29	2901	Extremo Oeste Baiano	-0,27 (0,02)	5449	-0,15 (0,01)	5439
29	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	-0,228 (0,02)	8110	-0,13 (0,01)	8088
29	2903	Centro Norte Baiano	-0,24 (0,02)	18478	-0,16 (0,01)	18436
29	2904	Nordeste Baiano	-0,24 (0,02)	14722	-0,14 (0,01)	14692
29	2905	Metropolitana de Salvador	-0,22 (0,02)	17005	-0,15 (0,01)	16957
29	2906	Centro Sul Baiano	-0,25 (0,02)	25056	-0,16 (0,02)	25005
29	2907	Sul Baiano	-0,26 (0,02)	16190	-0,17 (0,01)	16122
31	3101	Noroeste de Minas	-0,22 (0,02)	3215	-0,11 (0,01)	3210
31	3102	Norte de Minas	-0,31 (0,03)	18334	-0,2 (0,02)	18310
31	3103	Jequitinhonha	-0,26 (0,02)	4555	-0,18 (0,02)	4550

31	3104	Vale do Mucuri	-0,32 (0,03)	18086	-0,20 (0,02)	18063
31	3105	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	-0,26 (0,01)	17785	-0,17 (0,01)	17754
31	3106	Central Mineira	-0,28 (0,02)	8546	-0,2 (0,02)	8530
31	3107	Metropolitana de Belo Horizonte	-0,29 (0,02)	4535	-0,2 (0,02)	4514
31	3108	Vale do Rio Doce	-0,28 (0,03)	9613	-0,16 (0,02)	9597
31	3109	Oeste de Minas	-0,25 (0,03)	3461	-0,14 (0,02)	3452
31	3110	Sul/Sudoeste de Minas	-0,25 (0,02)	26081	-0,17 (0,01)	26030
31	3111	Campo das Vertentes	-0,32 (0,02)	16077	-0,20 (0,02)	16055
31	3112	Zona da Mata	-0,31 (0,04)	5677	-0,20 (0,03)	5669
32	3201	Noroeste Espírito-santense	-0,32 (0,03)	2858	-0,19 (0,03)	2854
32	3202	Litoral Norte Espírito-santense	-0,3 (0,02)	3495	-0,17 (0,02)	3480
32	3203	Central Espírito-santense	-0,3 (0,02)	8826	-0,17 (0,01)	8795
32	3204	Sul Espírito-santense	-0,35 (0,03)	4060	-0,19 (0,02)	4052
33	3301	Noroeste Fluminense	-0,23 (0,03)	2032	-0,13 (0,03)	2028
33	3302	Norte Fluminense	-0,26 (0,03)	4256	-0,16 (0,02)	4239
33	3303	Centro Fluminense	-0,26 (0,04)	2744	-0,15 (0,03)	2737
33	3304	Baixadas	-0,23 (0,01)	3347	-0,15 (0,01)	3333
33	3305	Sul Fluminense	-0,25 (0,01)	4821	-0,17 (0,01)	4808
33	3306	Metropolitana do Rio de Janeiro	-0,24 (0,01)	32524	-0,16 (0,0)	32416
35	3501	São José do Rio Preto	-0,29 (0,05)	8522	-0,17 (0,03)	8508
35	3502	Ribeirão Preto	-0,29 (0,02)	3612	-0,16 (0,02)	3607
35	3503	Araçatuba	-0,3 (0,03)	5713	-0,16 (0,02)	5703
35	3504	Bauru	-0,29 (0,02)	9431	-0,16 (0,02)	9402
35	3505	Araraquara	-0,26 (0,02)	9151	-0,17 (0,01)	9135

35	3506	Piracicaba	-0,28 (0,02)	3502	-0,16 (0,02)	3469
35	3507	Campinas	-0,23 (0,01)	53125	-0,14 (0,01)	52923
35	3508	Presidente Prudente	-0,32 (0,03)	9681	-0,2 (0,02)	9666
35	3509	Marília	-0,30 (0,045)	3576	-0,17 (0,03)	3569
35	3510	Assis	-0,31 (0,03)	7284	-0,18 (0,02)	7272
35	3511	Itapetininga	-0,3 (0,028)	3359	-0,16 (0,02)	3350
35	3512	Macro Metropolitana Paulista	-0,29 (0,072)	5225	-0,16 (0,04)	5213
35	3513	Vale do Paraíba Paulista	-0,28 (0,025)	11413	-0,18 (0,02)	11379
35	3514	Litoral Sul Paulista	-0,258 (0,028)	5489	-0,15 (0,02)	5481
35	3515	Metropolitana de São Paulo	-0,32 (0,084)	2364	-0,20 (0,06)	2361
41	4101	Noroeste Paranaense	-0,299 (0,03)	5863	-0,16 (0,02)	5850
41	4102	Centro Ocidental Paranaense	-0,328 (0,03)	11689	-0,20 (0,02)	11650
41	4103	Norte Central Paranaense	-0,289 (0,03)	3155	-0,15 (0,02)	3150
41	4104	Norte Pioneiro Paranaense	-0,296 (0,03)	10035	-0,17 (0,02)	10020
41	4105	Centro Oriental Paranaense	-0,29 (0,028)	5228	-0,17 (0,02)	5219
41	4106	Oeste Paranaense	-0,33 (0,028)	3926	-0,19 (0,02)	3916
41	4107	Sudoeste Paranaense	-0,31 (0,045)	7480	-0,18 (0,03)	7450
41	4108	Centro-Sul Paranaense	-0,27 (0,26)	4045	-0,13 (0,02)	4042
41	4109	Sudeste Paranaense	-0,34 (0,03)	5320	-0,17 (0,02)	5311
41	4110	Metropolitana de Curitiba	-0,32 (0,02)	3662	-0,16 (0,02)	3658
42	4201	Oeste Catarinense	-0,28 (0,02)	8902	-0,14 (0,01)	8890
42	4202	Norte Catarinense	-0,28 (0,03)	5051	-0,14 (0,02)	5041
42	4203	Serrana	-0,31 (0,04)	3189	-0,17 (0,03)	3182
42	4204	Vale do Itajaí	-0,29 (0,03)	5506	-0,16 (0,02)	5494

42	4205	Grande Florianópolis	-0,31 (0,04)	3091	-0,19 (0,03)	3086
42	4206	Sul Catarinense	-0,3 (0,02)	4598	-0,16 (0,02)	4591
43	4301	Noroeste Rio-grandense	-0,32 (0,06)	15622	-0,18 (0,03)	15585
43	4302	Nordeste Rio-grandense	-0,32 (0,06)	3726	-0,18 (0,04)	3716
43	4303	Centro Ocidental Rio-grandense	-0,30 (0,03)	3458	-0,18 (0,02)	3453
43	4304	Centro Oriental Rio-grandense	-0,3 (0,03)	4240	-0,16 (0,02)	4234
43	4305	Metropolitana de Porto Alegre	-0,29 (0,06)	17393	-0,18 (0,04)	17365
43	4306	Sudoeste Rio-grandense	-0,23 (0,03)	4321	-0,16 (0,02)	4313
43	4307	Sudeste Rio-grandense	-0,25 (0,03)	4730	-0,17 (0,02)	4722
50	5001	Pantanaís Sul Mato-grossense	-0,26 (0,03)	1741	-0,13 (0,02)	1739
50	5002	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	-0,31 (0,04)	3470	-0,19 (0,03)	3458
50	5003	Leste de Mato Grosso do Sul	-0,33 (0,03)	2427	-0,19 (0,02)	2426
50	5004	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	-0,34 (0,02)	6800	-0,18 (0,01)	6770
51	5101	Norte Mato-grossense	-0,27 (0,02)	7075	-0,14 (0,01)	7050
51	5102	Nordeste Mato-grossense	-0,26 (0,03)	2682	-0,15 (0,02)	2673
51	5103	Sudoeste Mato-grossense	-0,27 (0,03)	2633	-0,14 (0,02)	2629
51	5104	Centro-Sul Mato-grossense	-0,25 (0,03)	4442	-0,16 (0,02)	4425
51	5105	Sudeste Mato-grossense	-0,22 (0,02)	2977	-0,13 (0,02)	2972
52	5201	Noroeste Goiano	-0,28 (0,02)	2458	-0,17 (0,02)	2454
52	5202	Norte Goiano	-0,25 (0,04)	2978	-0,16 (0,03)	2966
52	5203	Centro Goiano	-0,27 (0,03)	12536	-0,15 (0,02)	12509
52	5204	Leste Goiano	-0,24 (0,02)	7917	-0,15 (0,01)	7893
52	5205	Sul Goiano	-0,29 (0,02)	8377	-0,18 (0,01)	8355
53	5301	Distrito Federal	-0,22 (0,01)	3963	-0,14 (0,01)	3947

Tabela 12 - Efeito da maternidade sobre participação na PEA por mesorregião

Impacto da maternidade por mesorregiões			Modelo 1		Modelo 2	
UF	cód.	Meso	Ef. Mg.	N. Obs.	Ef. Mg.	N. Obs.
11	1101	Madeira-Guaporé	-0,01 (0,01)	3663	-0,01 (0,02)	3652
11	1102	Leste Rondoniense	-0,05 (0,01)	7605	-0,012 (0,01)	7579
12	1201	Vale do Juruá	0,04 (0,02)	2204	0,06 (0,02)	2192
12	1202	Vale do Acre	0,00 (0,0)	4482	0,00 (0,01)	4471
13	1301	Norte Amazonense	0,09 (0,02)	1377	0,07 (0,03)	1366
13	1302	Sudoeste Amazonense	0,03 (0,01)	3975	0,0 (0,02)	3949
13	1303	Centro Amazonense	0,01 (0,0)	13878	0,007 (0,01)	13831
13	1304	Sul Amazonense	0,01 (0,02)	2814	0,00 (0,02)	2791
14	1401	Norte de Roraima	0,03 (0,02)	2898	0,01 (0,02)	2880
14	1402	Sul de Roraima	-0,01 (0,03)	1318	0,0 (0,03)	1313
15	1501	Baixo Amazonas	0,04 (0,01)	6232	0,05 (0,01)	6217
15	1502	Marajó	0,02 (0,01)	4609	0,00 (0,02)	4603
15	1503	Metropolitana de Belém	0,03 (0,01)	9312	0,03 (0,01)	9269
15	1504	Nordeste Paraense	0,03 (0,00)	16169	0,01 (0,01)	16119
15	1505	Sudoeste Paraense	-0,01 (0,01)	3721	-0,02 (0,02)	3699
15	1506	Sudeste Paraense	-0,01 (0,01)	12712	0,01 (0,01)	12648
16	1601	Norte do Amapá	0,00 (0,04)	696	-0,02 (0,04)	694
16	1602	Sul do Amapá	0,01 (0,01)	4683	0,01 (0,01)	4676
17	1701	Ocidental do Tocantins	0,00 (0,01)	11147	0,00 (0,01)	11126
17	1702	Oriental do Tocantins	0,00 (0,0)	6090	0,00 (0,01)	6072
21	2101	Norte Maranhense	0,01 (0,0)	18552	0,00 (0,00)	18501
21	2102	Oeste Maranhense	-0,01 (0,0)	14184	0,00 (0,01)	14118

21	2103	Centro Maranhense	,00 (0,01)	10620	0,00 (0,01)	10585
21	2104	Leste Maranhense	0,01 (0,01)	12838	0,00 (0,01)	12801
21	2105	Sul Maranhense	-0,03 (0,01)	3772	-0,02 (0,02)	3767
22	2201	Norte Piauiense	-0,01 (0,01)	6924	-0,01 (0,01)	6915
22	2202	Centro-Norte Piauiense	0,00 (0,0)	11290	-0,005 (0,01)	11269
22	2203	Sudoeste Piauiense	0,02 (0,01)	8150	0,005 (0,01)	8143
22	2204	Sudeste Piauiense	0,00 (0,01)	11147	0,00 (0,01)	11126
23	2301	Noroeste Cearense	0,00 (0,01)	13326	-0,01 (0,01)	13305
23	2302	Norte Cearense	-0,02 (0,01)	10699	-0,03 (0,01)	10671
23	2303	Metropolitana de Fortaleza	0,00 (0,01)	13330	0,00 (0,01)	13266
23	2304	Sertões Cearenses	0,00 (0,01)	8370	-0,01 (0,01)	8354
23	2305	Jaguaribe	-0,04 (0,02)	5129	-0,06 (0,02)	5120
23	2306	Centro-Sul Cearense	-0,03 (0,02)	3452	-0,05 (0,02)	3442
23	2307	Sul Cearense	0,00 (0,01)	7622	0,012 (0,01)	7609
24	2401	Oeste Potiguar	-0,01 (0,01)	8733	-0,02 (0,01)	8719
24	2402	Central Potiguar	-0,01 (0,01)	4715	-0,03 (0,01)	4705
24	2403	Agreste Potiguar	-0,03 (0,01)	6718	-0,04 (0,01)	6711
24	2404	Leste Potiguar	0,00 (0,01)	7717	0,00 (0,01)	7701
25	2501	Sertão Paraibano	-0,01 (0,01)	11909	-0,03 (0,01)	11895
25	2502	Borborema	-0,02 (0,01)	5276	-0,04 (0,02)	5269
25	2503	Agreste Paraibano	-0,01 (0,01)	13509	-0,03 (0,01)	13488
25	2504	Mata Paraibana	0,00 (0,01)	8500	0,00 (0,01)	8485
26	2601	Sertão Pernambucano	-0,02 (0,01)	9874	-0,02 (0,01)	9844
26	2602	São Francisco Pernambucano	0,02 (0,01)	4628	0,00 (0,02)	4615

26	2603	Agreste Pernambucano	0,01 (0,01)	19713	0,00 (0,01)	19653
26	2604	Mata Pernambucana	0 (0,00)	11273	0,00 (0,01)	11237
26	2605	Metropolitana de Recife	0,01 (0,0)	13998	0,00 (0,01)	13952
27	2701	Sertão Alagoano	-0,07 (0,02)	5822	-0,05 (0,02)	5805
27	2702	Agreste Alagoano	-0,03 (0,01)	6429	-0,03 (0,02)	6404
27	2703	Leste Alagoano	-0,01 (0,0)	14578	0,00 (0,0)	14524
28	2801	Sertão Sergipano	-0,03 (0,02)	2712	-0,04 (0,03)	2710
28	2802	Agreste Sergipano	0,02 (0,02)	4327	0,00 (0,02)	4320
28	2803	Leste Sergipano	0,03 (0,01)	10287	0,02 (0,01)	10267
29	2901	Extremo Oeste Baiano	-0,01 (0,01)	5449	0,00 (0,02)	5439
29	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	0,02 (0,01)	8110	0,03 (0,01)	8088
29	2903	Centro Norte Baiano	0,01 (0,01)	18478	0,00 (0,01)	18436
29	2904	Nordeste Baiano	0,00 (0,01)	14722	-0,03 (0,01)	14692
29	2905	Metropolitana de Salvador	0,00 (0,01)	17005	0,01 (0,01)	16957
29	2906	Centro Sul Baiano	0,00 (0,00)	25056	-0,01 (0,01)	25005
29	2907	Sul Baiano	-0,02 (0,0)	16190	-0,02 (0,01)	16122
31	3101	Noroeste de Minas	-0,04 (0,02)	3215	-0,03 (0,02)	3210
31	3102	Norte de Minas	-0,03 (0,01)	18334	0,00 (0,01)	18310
31	3103	Jequitinhonha	-0,01 (0,02)	4555	0,01 (0,02)	4550
31	3104	Vale do Mucuri	-0,03 (0,01)	18086	-0,04 (0,01)	18063
31	3105	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,00 (0,01)	17785	0,00 (0,01)	17754
31	3106	Central Mineira	0,01 (0,01)	8546	-0,01 (0,01)	8530
31	3107	Metropolitana de Belo Horizonte	-0,02 (0,02)	4535	-0,02 (0,02)	4514
31	3108	Vale do Rio Doce	-0,01 (0,01)	9613	0,01 (0,01)	9597

31	3109	Oeste de Minas	-0,06 (0,02)	3461	-0,02 (0,03)	3452
31	3110	Sul/Sudoeste de Minas	0,01 (0,00)	26081	0,03 (0,01)	26030
31	3111	Campo das Vertentes	-0,03 (0,01)	16077	-0,02 (0,01)	16055
31	3112	Zona da Mata	-0,06 (0,02)	5677	-0,03 (0,02)	5669
32	3201	Noroeste Espírito-santense	-0,02 (0,02)	2858	-0,03 (0,03)	2854
32	3202	Litoral Norte Espírito-santense	-0,03 (0,02)	3495	-0,02 (0,02)	3480
32	3203	Central Espírito-santense	-0,03 (0,02)	8826	-0,03 (0,01)	8795
32	3204	Sul Espírito-santense	-0,04 (0,02)	4060	-0,05 (0,02)	4052
33	3301	Noroeste Fluminense	-0,03 (0,02)	2032	-0,05 (0,03)	2028
33	3302	Norte Fluminense	0,03 (0,01)	4256	0,04 (0,01)	4239
33	3303	Centro Fluminense	0,06 (0,02)	2744	0,03 (0,02)	2737
33	3304	Baixadas	0,00 (0,02)	3347	-0,02 (0,02)	3333
33	3305	Sul Fluminense	0,01 (0,01)	4821	0,01 (0,01)	4808
33	3306	Metropolitana do Rio de Janeiro	0,04 (0,00)	32524	0,03 (0,0)	32416
35	3501	São José do Rio Preto	-0,04 (0,01)	8522	0,00 (0,01)	8508
35	3502	Ribeirão Preto	-0,06 (0,01)	3612	-0,02 (0,02)	3607
35	3503	Araçatuba	-0,02 (0,01)	5713	0,00 (0,01)	5703
35	3504	Bauru	-0,01 (0,01)	9431	0,00 (0,01)	9402
35	3505	Araraquara	0,01 (0,01)	9151	0,00 (0,01)	9135
35	3506	Piracicaba	-0,03 (0,01)	3502	-0,04 (0,02)	3469
35	3507	Campinas	0,01 (0,00)	53125	0,02 (0,0)	52923
35	3508	Presidente Prudente	-0,02 (0,01)	9681	0,00 (0,01)	9666
35	3509	Marília	-0,02 (0,02)	3576	0,00 (0,02)	3569
35	3510	Assis	-0,04 (0,01)	7260	-0,02 (0,01)	7248

35	3511	Itapetininga	-0,02 (0,02)	3359	-0,011 (0,02)	3350
35	3512	Macro Metropolitana Paulista	-0,02 (0,01)	5225	-0,005 (0,02)	5213
35	3513	Vale do Paraíba Paulista	0,00 (0,01)	11413	0,02 (0,01)	11379
35	3514	Litoral Sul Paulista	-0,03 (0,01)	5489	-0,02 (0,02)	5481
35	3515	Metropolitana de São Paulo	-0,04 (0,02)	2364	-0,02 (0,03)	2361
41	4101	Noroeste Paranaense	-0,04 (0,01)	5863	-0,02 (0,02)	5850
41	4102	Centro Ocidental Paranaense	0,00 (0,01)	11689	0,02 (0,01)	11650
41	4103	Norte Central Paranaense	-0,05 (0,02)	3155	0,01 (0,03)	3150
41	4104	Norte Pioneiro Paranaense	-0,01 (0,01)	10035	0,02 (0,01)	10020
41	4105	Centro Oriental Paranaense	-0,04 (0,01)	5228	-0,01 (0,02)	5219
41	4106	Oeste Paranaense	-0,02 (0,01)	3926	-0,00 (0,02)	3916
41	4107	Sudoeste Paranaense	0,00 (0,01)	7480	-0,01 (0,01)	7450
41	4108	Centro-Sul Paranaense	0,01 (0,02)	4045	0,05 (0,02)	4042
41	4109	Sudeste Paranaense	-0,04 (0,02)	5320	-0,04 (0,02)	5311
41	4110	Metropolitana de Curitiba	-0,02 (0,02)	3662	-0,02 (0,02)	3658
42	4201	Oeste Catarinense	-0,01 (0,01)	8902	-0,01 (0,01)	8890
42	4202	Norte Catarinense	-0,03 (0,01)	5051	-0,04 (0,02)	5041
42	4203	Serrana	-0,03 (0,02)	3189	-0,01 (0,02)	3182
42	4204	Vale do Itajaí	0,00 (0,01)	5506	-0,005 (0,02)	5494
42	4205	Grande Florianópolis	0,04 (0,02)	3091	0,04 (0,02)	3086
42	4206	Sul Catarinense	-0,04 (0,01)	4598	-0,05 (0,02)	4591
43	4301	Noroeste Rio-grandense	-0,06 (0,01)	15603	-0,07 (0,01)	15568
43	4302	Nordeste Rio-grandense	-0,04 (0,02)	3681	-0,02 (0,02)	3671
43	4303	Centro Ocidental Rio-grandense	0,05 (0,02)	3458	0,04 (0,02)	3453

43	4304	Centro Oriental Rio-grandense	0,04 (0,02)	4237	0,00 (0,02)	4231
43	4305	Metropolitana de Porto Alegre	0,00 (0,00)	17393	-0,01 (0,01)	17365
43	4306	Sudoeste Rio-grandense	0,02 (0,01)	4321	0,00 (0,02)	4313
43	4307	Sudeste Rio-grandense	0,00 (0,01)	4730	-0,02 (0,01)	4722
50	5001	Pantanaís Sul Mato-grossense	0,03 (0,02)	1741	0,03 (0,02)	1739
50	5002	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0,00 (0,01)	3470	-0,00 (0,02)	3458
50	5003	Leste de Mato Grosso do Sul	-0,05 (0,02)	2427	-0,01 (0,02)	2426
50	5004	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	-0,02 (0,01)	6800	-0,01 (0,01)	6770
51	5101	Norte Mato-grossense	-0,04 (0,01)	7075	-0,01 (0,01)	7050
51	5102	Nordeste Mato-grossense	-0,03 (0,02)	2682	-0,01 (0,02)	2673
51	5103	Sudoeste Mato-grossense	-0,04 (0,02)	2633	-0,02 (0,02)	2629
51	5104	Centro-Sul Mato-grossense	-0,02 (0,01)	4442	-0,02 (0,02)	4425
51	5105	Sudeste Mato-grossense	-0,03 (0,02)	2977	-0,02 (0,02)	2972
52	5201	Noroeste Goiano	-0,11 (0,03)	2458	-0,11 (0,03)	2454
52	5202	Norte Goiano	-0,06 (0,02)	2978	-0,05 (0,02)	2966
52	5203	Centro Goiano	-0,02 (0,01)	12536	-0,00 (0,01)	12509
52	5204	Leste Goiano	-0,01 (0,01)	7917	0,00 (0,01)	7893
52	5205	Sul Goiano	-0,06 (0,01)	8377	-0,02 (0,01)	8355
53	5301	Distrito Federal	0,00 (0,02)	3963	0,02 (0,02)	3947

Apêndice: Quadro 9 - Roteiro de entrevista semiestruturada

Identificação	<p>1. Entrevistada: nome completo, idade, escolaridade, religião, cor ou raça.</p> <p>2. Quadro familiar: nome, idade, escolaridade, ocupação dos familiares e tempo de convivência, no caso do cônjuge;</p>
Educação	<p>3. Você gosta(va) de estudar? Do que você mais gosta(va) e do que você menos gosta(va), na escola?</p> <p>4. Se não estuda, quando parou e por quê?</p> <p>5. Quais são seus planos em relação aos estudos?</p>
Trabalho	<p>6. Quando você começou a trabalhar? Por quê? Quantos trabalhos diferentes você já teve? Conte essa história.</p> <p>7. Você está contente com o seu trabalho ou pretende mudar? Quais seus planos em relação ao trabalho?</p> <p>8. Se está desempregada e busca emprego, quais dificuldades têm encontrado?</p> <p>9. Qual é o trabalho dos seus sonhos?</p>
Saúde sexual e reprodutiva	<p>10. Você planejava ser mãe antes da sua gravidez?</p> <p>11. Como foi o início da sua vida sexual? Conte essa história.</p> <p>12. Geralmente você usa contraceptivos nas suas relações sexuais? Se sim, qual e por quê? Se não, por quê?</p> <p>13. Na época em que engravidou, você tinha acesso aos contraceptivos gratuitamente? E hoje? Naquela época, você achava que conhecia todas as informações sobre as formas de uso desses métodos? Atualmente, você se acha mais informada sobre o assunto?</p> <p>14. Com quem você geralmente conversa sobre sexo? Quais suas fontes de informação sobre esse assunto?</p> <p>15. Se a gravidez não foi planejada, como aconteceu?</p>
A gravidez e as relações sociais	<p>16. Como você reagiu à gravidez?</p> <p>17. Como sua família reagiu à notícia da sua gravidez? Seus pais idealizavam planos diferentes para sua vida?</p> <p>18. Como eles se comportam hoje, após o nascimento do seu filho(a)? Quem oferece mais apoio?</p> <p>19. O que mudou no relacionamento entre você, seus pais e seus irmãos depois da gravidez?</p> <p>20. Sua mãe foi também mãe na adolescência? Mais alguém na sua família teve filho nessa fase? Você acha que isso te influenciou?</p> <p>21. Como o pai do bebê reagiu à notícia da sua gravidez?</p> <p>22.a. Vocês estão juntos hoje? Ele te ajuda? Quais têm sido as prioridades e os projetos de vocês?</p> <p>22.b. Se não estão juntos, ele te ajuda nos cuidados com o(a) bebê? Se sim, como é a ajuda?</p> <p>23. Você tem religião? Se tem, com que frequência vai aos cultos? Sua religião condena o sexo antes do casamento? Como você lida com isso?</p> <p>24. Você acredita que seus amigos, a comunidade ou a sua igreja te tratam de forma diferente após a sua gravidez? Você acha que suas relações sociais melhoraram ou pioraram? Por quê?</p>

Políticas Públicas	<p>25. O que você acha das escolas públicas? Como você avalia os professores, a carga horária e as instalações?</p> <p>26. Como sua escola lida com as alunas que engravidam?</p> <p>27. Você já procurou vagas em creches públicas para seu filho(a)? Se não, por quê? Se sim, teve alguma dificuldade para conseguir a vaga (fila, falta de vagas, localização distante e outras)?</p> <p>28. Você recebe ou já recebeu atendimento de um agente comunitário da saúde? Quais são os serviços de saúde que você mais procura no posto de saúde?</p> <p>29. Como seria a vida da sua família hoje sem o Bolsa Família?</p> <p>30. Participar do PBF incentivou você a estudar ou a fazer o pré-natal regularmente?</p> <p>31. Você acha que precisará do BF no futuro? Sim ou não, por quê?</p> <p>32. Conhece alguma família em situação semelhante a sua e que não recebe o BF? Como estão?</p>
A maternidade e as expectativas	<p>33. Atualmente, você se considera na fase da adolescência ou na fase adulta?</p> <p>34. O que mudou na sua vida após o nascimento do seu filho(a)? (Fale pontos positivos e negativos).</p> <p>35. Para você, ter filho nessa idade é melhor, pior ou é a mesma coisa do que ter filho depois dos 20 anos? O que mudaria se você tivesse tido seu primeiro filho depois dos 20 anos?</p> <p>36. O que você espera para o futuro do seu filho(a)?</p> <p>37. Como você se vê daqui a 10 anos?</p>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “*Os impactos do Bolsa Família sobre as decisões de estudo e trabalho das mães adolescentes do Programa*”, que tem como pesquisadora responsável a aluna Felícia Mariana Santos (CPF xxx.xxx.xxx-xx), do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento oferecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A pesquisadora pode ser contatada pelo e-mail xxxxxx@xxxx.com.br e pelo telefone (61) xxxxx-xxxxx. Tenho ciência de que o estudo objetiva analisar o fenômeno da maternidade na adolescência e planeja realizar entrevistas com adolescentes entre 12 e 19 anos de idade, que sejam mães, residentes no Distrito Federal e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura e CPF da entrevistada

Brasília, _____ de _____ de 2017

Estou ciente sobre os objetivos da pesquisa e concordo com a participação da minha tutelada.

Assinatura e CPF do(a) responsável pela entrevistada

Brasília, _____ de _____ de 2017